

CÂMARA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

RESOLUÇÃO CEE/CEP N. 35, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.

Dispõe sobre a **autorização** do Curso Técnico em **Segurança do Trabalho** do Programa Pronatec/MedioTec, pelo **ITEGO Luiz Humberto de Menezes** – Santa Helena de Goiás/GO e dá outras providências.

A **CÂMARA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ao deliberar sobre o Processo N. **201814304010221** e com base na Decisão Liminar CEE N. 006, de 07 de janeiro de 2019,

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar a Secretaria de Desenvolvimento/SED, de Goiás, a ministrar o Curso Técnico em **Segurança do Trabalho** do Programa Pronatec/MedioTec, no **ITEGO Luiz Humberto de Menezes**, localizado em Santa Helena de Goiás/GO, apresentado pela SED, que passa a ser parte integrante dessa Decisão e da Resolução que sairá com o seu desdobramento.

Art. 2º - Determinar que a Secretaria de Desenvolvimento/SED, promova, para atendimento às exigências legais, as adequações físicas, instrumentais, de biblioteca, de corpo docente qualificado e especializado, bom como todas as demais pertinentes às especificidades do curso.

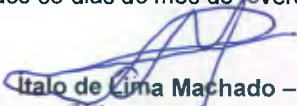
Art. 3º - Declarar que a autorização concedida por esta Decisão não supre a exigência da avaliação externa, *in loco*, a ser custeada pela pleiteante.

Art. 4º - Determinar que a SED protocole neste Conselho, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, o processo, para análise e avaliação do curso autorizado por esta Decisão.

Art. 5º - Determinar que a Decisão Liminar N. 006, de 07 de janeiro de 2019, da lavra do Presidente do Conselho Estadual de Goiás Marcos Elias Moreira, seja parte integrante desta Resolução.

Art. 6º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS, em Goiânia, aos 08 dias do mês de fevereiro de 2019.



Italo de Lima Machado – Presidente
Brandina Fátima Mendonça de Castro Andrade
Eduardo de Oliveira Silva
Elcivan Gonçalves França
Eliana Maria França Carneiro
Flávio Roberto de Castro
Gláucia Maria Teodoro Reis
Iêda Leal de Souza
José Teodoro Coelho
Jorge de Jesus Bernardo
Márcia Rocha de Souza Antunes
Marcos Elias Moreira
Maria do Rosário Cassimiro
Maria Ester Galvão de Carvalho
Orestes dos Reis Souto
Railton Nascimento Souza

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE GOIÁS
GABINETE DE GESTÃO DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO TECNOLÓGICA
INSTITUTO TECNOLÓGICO DO ESTADO DE GOIÁS LUIZ HUMBERTO DE MENEZES**

**PLANO DE CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM SEGURANÇA DO TRABALHO
MODALIDADE: PRESENCIAL**

**SANTA HELENA DE GOIÁS
2018**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA, DA INSTITUIÇÃO E DO CONSELHO DIRETOR

1. MANTENEDORA: SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO E DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO - SED			
1.1. Endereço	Palácio Pedro Ludovico Teixeira, rua 82, nº 400, 5º andar, ala leste, Setor Central – 74.015-908		
1.2. Telefone/Fax	62. 3201.5443		
1.3. E-mail de contato	gabinetedegestao@sed.go.gov.br		
1.4. Sítio	www.sed.go.gov.br		
1.5. CNPJ	21.652.711/0001•10		
2. INSTITUIÇÃO: INSTITUTO TECNOLÓGICO DO ESTADO DE GOIÁS LUIZ HUMBERTO DE MENEZES			
2.1. Esfera Administrativa	Estadual		
2.2. Endereço	Rod. GO 164, Km 05 Faz. Santa Isabel, Santa Helena de Goiás – GO, CEP 75920-000.		
2.3. Telefone/Fax	(64) 3641-1613		
2.4. Lei de Criação e Denominação	LEI Nº 18.931 de 08 de julho de 2015 “Cria e denomina os Institutos Tecnológicos de Goiás – ITEGOs e dá outras providências”		
2.5. E-mail de contato	itego-santahelena @sed.go.gov.br		
2.6. Sítio da unidade	www.sed.go.gov.br		
2.7. Códigos de identificação:	SISTEC	INEP	IBGE
3. Unidade Vinculada ao ITEGO: Escola Municipal Pedro Ludovico – COTEC de Cachoeira Alta			
3.1. Endereço	Rua Viriato Cunha – S/N – Cachoeira Alta – 75870-000		
3.2. Telefone/Fax	64-3654-1417		
3.3. E-mail de contato	mayre_go@hotmail.com / coteccachoeiraalta@gmail.com		
3.4. Códigos de identificação	SISTEC	INEP	IBGE
		5206668860	5204102
4. UNIDADE EXECUTORA CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO TECNOLÓGICO DO ESTADO DE GOIÁS LUIZ HUMBERTO DE MENEZES			
4.1. CNPJ	18814432/0001-00		

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO – QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Habilitação	Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho
Eixo Tecnológico	Segurança
Modalidade de Oferta	Presencial
Regime de Funcionamento	3 Etapas
Duração do Curso	23 meses
Número de turmas	06
Número máximo de vagas por turma	25
Total de vagas ofertadas	150

ESTRUTURA		IDENTIFICAÇÃO: Saídas Intermediárias e de Práticas Profissionais	CBO/CNCT	HORAS
ETAPA 1	QUALIFICAÇÃO	-	-	390
ETAPA 2	QUALIFICAÇÃO	Agente de Observação de Segurança	CNCT	480
ETAPA 3	HABILITAÇÃO	Técnico em Segurança do Trabalho	CBO 3516-05	300
		Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		30
	Estágio	Estágio Obrigatório		240
CARGA HORÁRIA TOTAL				1440

Para obtenção da Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio em Segurança do Trabalho
(Etapa 1 + Etapa 2+ Etapa 3+ TCC+ Estágio) = 1440 horas

SUMÁRIO

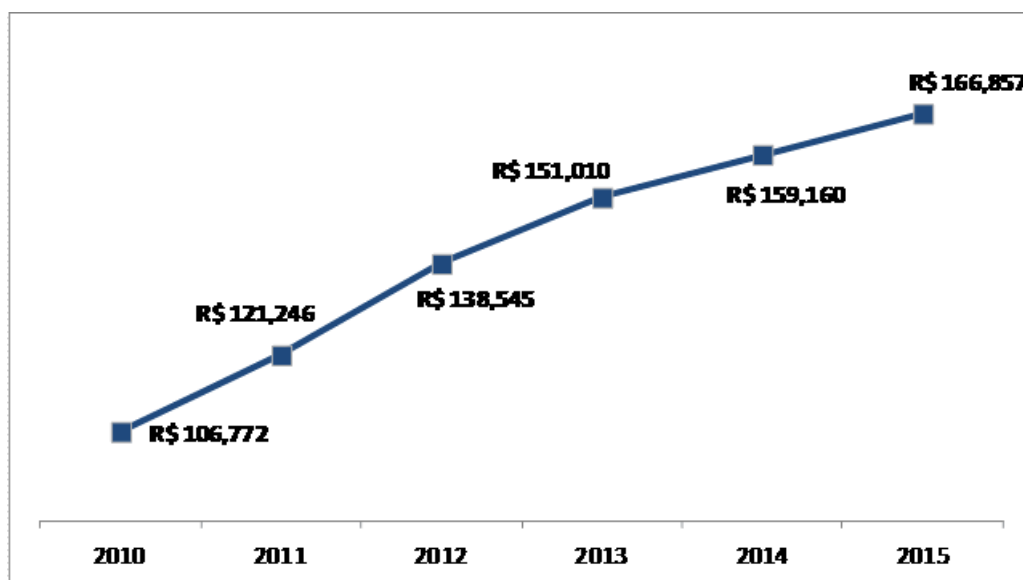
1. JUSTIFICATIVA.....	5
2. FILOSOFIA E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO	25
2.1 OBJETIVOS DO CURSO.....	31
2.1.1 Objetivo Geral	31
2.2.2 Objetivos específicos	31
3. REQUISITOS DE ACESSO	32
4. INDICATIVO DE VAGAS E TURMAS.....	32
5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO.....	33
6. PROPOSTA PEDAGÓGICA	33
6.1 MATRIZ CURRICULAR	34
6.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	36
6.3 POSSIBILIDADES DE SAÍDAS INTERMEDIARIAS.....	61
6.4 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	61
6.6 CRONOGRAMA DO CURSO.....	66
7. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM E DE PROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	68
7.1. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM.....	68
7.1.1 Da Recuperação.....	70
7.1.2. Da DEPENDÊNCIA.....	70
8. INSTALAÇÕES FÍSICAS, EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS.....	72
9. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO	73
10. PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA	73
11. CERTIFICADOS E DIPLOMAS	74
11.1. MODELO DE DIPLOMA	75
11.2. MODELO DE CERTIFICADO.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
ANEXO	78

1. JUSTIFICATIVA

É de relevante importância situarmos o estado de Goiás. Sendo assim, em relação à economia, de uma forma geral, de acordo com o Instituto Mauro Borges (IMB), as mudanças estruturais vêm ocorrendo nas atividades produtivas de Goiás. Embora com taxas de crescimento menores do que as demais atividades, a indústria tem alterado a estrutura produtiva da economia goiana, bem como o ganho de participação entre os grandes setores. Em período recente, as cadeias produtivas sucroalcooleira e automotiva têm impulsionado o setor industrial do estado, bem como a formação de polos industriais como os de Anápolis e Catalão e o agroindustrial em Rio Verde.

O alto crescimento do setor industrial ocorre por conta de alguns fatores, entre eles se destacam: a localização do estado no território nacional; a produção e exploração de algumas matérias-primas, principalmente de origem agropecuária e extrativa, juntamente com a integração da agroindústria com a agropecuária moderna.

Valor do Produto Interno Bruto de Goiás 2010-13 e projeção para 2014 e 2015 (R\$ bilhões)



Fonte: Instituto Mauro Borges - *PIB de 2014 e 2015 estimado pela metodologia do PIB trimestral.

Na agricultura, Goiás figura entre os maiores produtores em nível nacional de soja, sorgo, milho, feijão, cana-de-açúcar e algodão. O ótimo desempenho do setor agropecuário vem ocorrendo graças ao processo de modernização agrícola, principalmente a partir dos anos 1980.

Na pecuária, o estado é destaque em rebanho bovino e está entre os maiores produtores nacionais de suínos, equinos, aves, leite e ovos, além do que se mostra bastante competitivo no abate de bovinos, suínos e aves. Ainda, as atividades agropecuárias e minerais são destaques na produção de commodities para exportação, sendo que, historicamente, em média, 75% das exportações goianas são compostas por produtos ligados à soja, carnes e minérios.

O setor de serviços ainda é o maior gerador de renda e empregos no estado. Nessa atividade, o comércio tem peso relevante na economia goiana, tanto o comércio varejista como o atacadista. Este último tem se beneficiado da localização estratégica de Goiás como centro de distribuição para o resto do país, principalmente Norte e Nordeste. Tudo isso contribui para que Goiás seja a nona economia entre os estados brasileiros.

O Produto Interno Bruto (PIB) goiano cresceu significativamente no período recente, entretanto, o crescimento em termos *per capita* ainda não foi suficiente para alcançar a média nacional. Não contribui para um melhor desempenho nesse aspecto o crescimento da população no estado, já que Goiás vem apresentando taxas geométricas de crescimento populacional acima da média nacional tendo como fator explicativo a migração proveniente de outras unidades da Federação.

Para melhor situarmos a região e o Itego, vamos utilizar o conceito da Microrregião. Dessa forma, podemos dizer que Microrregião é, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988, um agrupamento de municípios limítrofes. Sua finalidade é integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual. O objetivo dessa divisão é de se subsidiar o sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias; subsidiar o planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais. O mapa ao lado mostra as microrregiões de Goiás.



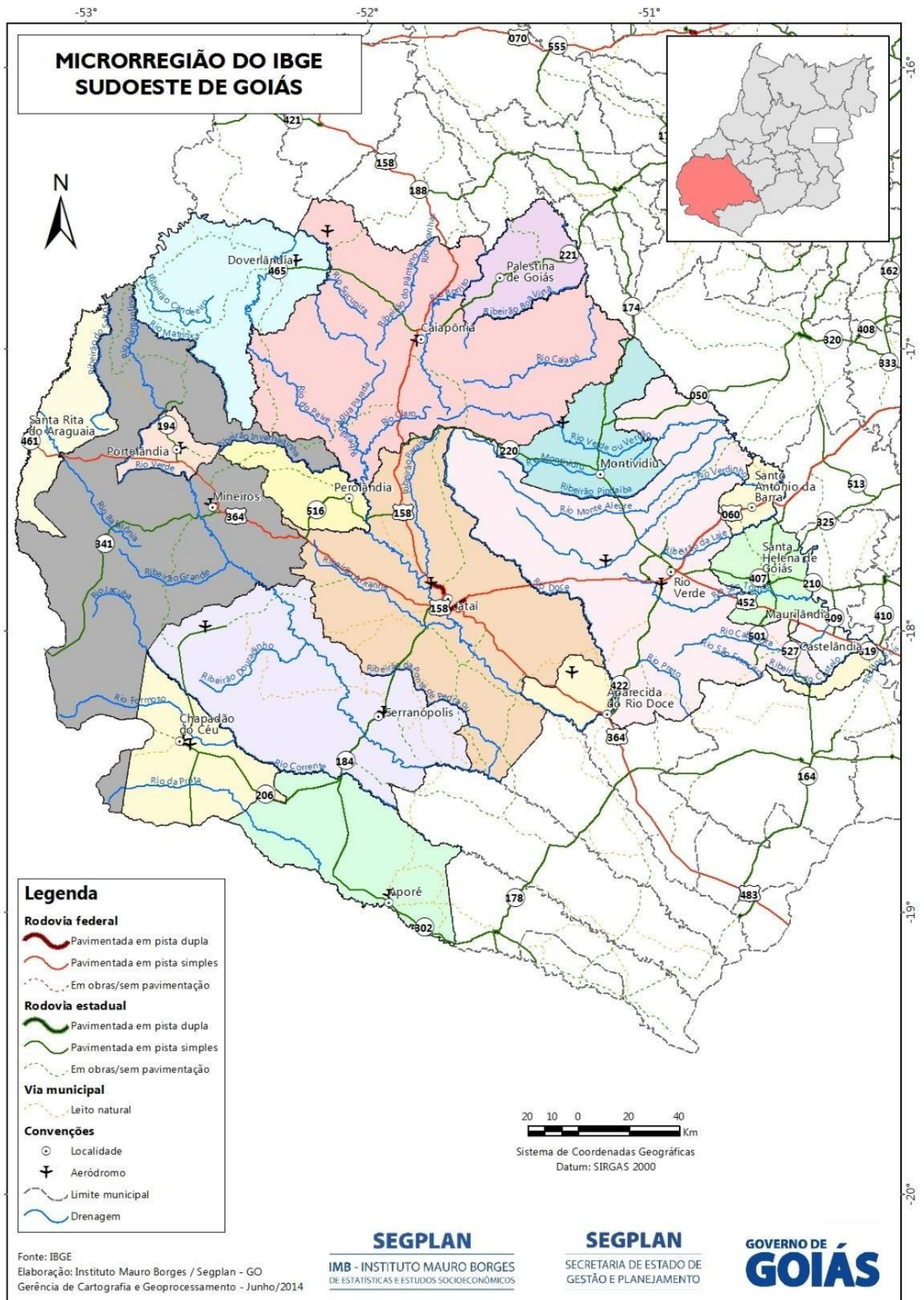
De acordo com dados estatísticos atualizados do IMB e de outros órgãos governamentais (IBGE e Ministério do Trabalho e Emprego), localizaremos a Microrregião do sudoeste de Goiás, de acordo com aspectos demográficos, econômicos, físicos e socioculturais, entre outros aspectos, para assim, justificar a implementação do curso neste local.

No que tange a demografia, a Microrregião do Sudoeste de Goiás possui 56.111,874

km² de área total. Esta microrregião é distribuída em 18 municípios: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra e Serranópolis. Na tabela, vemos a área territorial e a população da microrregião. A partir desses dados, percebemos que as maiores áreas territoriais são de Mineiros e Caiapônia e, em população são Rio Verde e Jataí.

ÁREA TERRITORIAL (Km ²)		POPULAÇÃO ESTIMADA - TOTAL (HABITANTES)						
MUNICÍPIO	2015	MUNICÍPIO	1992	1997	2002	2006	2012	2016
Aparecida do Rio Doce	602,133	Aparecida do Rio Doce	1.908	2.328	2.511	2.786	2.431	2.514
Aporé	2.900,05	Aporé	3.402	3.413	3.451	3.513	3.860	4.110
Caiapônia	8.637,87	Caiapônia	13.625	14.282	14.832	15.233	17.072	18.329
Castelândia	297,977	Castelândia	3.211	3.792	4.044	4.451	3.602	3.626
Chapadão do Céu	2.185,12	Chapadão do Céu	1.713	2.758	4.222	5.338	7.488	8.853
Doverlândia	3.222,94	Doverlândia	10.503	7.289	8.210	7.335	7.792	7.795
Jataí	7.174,22	Jataí	63.487	72.812	78.147	84.922	89.902	97.077
Maurilândia	389,697	Maurilândia	7.445	9.151	9.316	10.187	11.907	13.170
Mineiros	9.060,09	Mineiros	32.145	34.248	40.682	44.848	55.036	61.623
Montividiu	1.874,15	Montividiu	5.574	6.533	8.186	9.318	11.001	12.337
Palestina de Goiás	1.320,69	Palestina de Goiás	3.117	3.409	3.335	3.405	3.381	3.507
Perolândia	1.029,62	Perolândia	1.456	1.896	3.076	3.792	2.975	3.121
Portelândia	556,576	Portelândia	3.083	3.164	3.838	4.195	3.861	4.030
Rio Verde	8.379,66	Rio Verde	92.781	103.243	122.153	136.229	185.465	212.237
Santa Helena de Goiás	1.141,39	Santa Helena de Goiás	34.350	32.894	34.840	35.582	36.760	38.563
Santa Rita do Araguaia	1.361,77	Santa Rita do Araguaia	4.595	5.336	5.203	5.496	7.202	8.069
Santo Antônio da Barra	451,598	Santo Antônio da Barra	3.370	4.088	4.217	4.632	4.480	4.747
Serranópolis	5.526,72	Serranópolis	8.069	6.543	6.151	5.406	7.638	8.236
TOTAL: 18	56.112,29	TOTAL: 18	293.834	317.179	356.414	386.668	461.853	511.944

Esses municípios são distribuídos conforme o mapa a seguir:



Em um contexto da qualidade de vida da população, temos abaixo o Coeficiente de Gini, que consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade (no caso do rendimento, por exemplo, toda a população recebe o mesmo salário) e 1 corresponde à completa desigualdade (em que uma pessoa recebe todo o rendimento e as demais nada recebem). Nesse contexto, vemos que somente Jataí, Castelândia, Mineiros e Rio Verde estão iguais ou piores que a média estadual, ou seja, igual ou acima.

ÍNDICE DE GINI			
MUNICÍPIO	1991	2000	2010
Aparecida do Rio Doce	0,41	0,51	0,52
Aporé	0,52	0,61	0,46
Caiapônia	0,57	0,56	0,53
Castelândia	0,52	0,58	0,59
Chapadão do Céu	0,50	0,62	0,42
Doverlândia	0,54	0,58	0,46
Jataí	0,60	0,59	0,57
Maurilândia	0,51	0,46	0,42
Mineiros	0,63	0,61	0,56
Montividiu	0,54	0,61	0,48
Palestina de Goiás	0,47	0,54	0,39
Perolândia	0,55	0,58	0,50
Portelândia	0,50	0,55	0,40
Rio Verde	0,56	0,60	0,56
Santa Helena de Goiás	0,54	0,50	0,53
Santa Rita do Araguaia	0,60	0,55	0,49
Santo Antônio da Barra	0,49	0,53	0,44
Serranópolis	0,52	0,58	0,49
Estado de Goiás	0,58	0,61	0,56

Abaixo está o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior será o desenvolvimento humano. Sendo assim, somente Rio Verde e Jataí tem IDHM melhor que a média estadual, ou seja, acima.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM)

MUNICÍPIO	1991	2000	2010
Aparecida do Rio Doce	0,373	0,565	0,693
Aporé	0,372	0,574	0,693
Caiapônia	0,442	0,562	0,693
Castelândia	0,374	0,546	0,701
Chapadão do Céu	0,425	0,618	0,742
Doverlândia	0,331	0,504	0,668
Jataí	0,497	0,627	0,757
Maurilândia	0,448	0,546	0,677
Mineiros	0,479	0,590	0,718
Montividiu	0,379	0,578	0,733
Palestina de Goiás	0,355	0,525	0,713
Perolândia	0,373	0,551	0,676
Portelândia	0,369	0,553	0,654
Rio Verde	0,488	0,633	0,754
Santa Helena de Goiás	0,477	0,582	0,724
Santa Rita do Araguaia	0,475	0,596	0,714
Santo Antônio da Barra	0,375	0,540	0,691
Serranópolis	0,423	0,563	0,681
Estado de Goiás	0,487	0,615	0,735

Abaixo temos os dados concernentes para a educação, no que tange as matrículas relacionadas aos anos finais do ensino básico.

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - TOTAL (ALUNOS)

MUNICÍPIO	2000	2010	2015
Aparecida do Rio Doce	-	-	-
Aporé	-	-	-
Caiapônia	-	78	16
Castelândia	-	-	-
Chapadão do Céu	-	-	-
Doverlândia	-	-	-
Jataí	-	315	696
Maurilândia	-	-	-
Mineiros	-	38	238
Palestina de Goiás	-	-	-

Perolândia	-	-	-
Portelândia	-	-	-
Rio Verde	-	1.473	3.710
Santa Helena de Goiás	-	-	-
Santa Rita do Araguaia	-	-	-
Santo Antônio da Barra	-	-	-
Serranópolis	-	-	-
TOTAL: 18	0	1.904	4.660

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO - TOTAL (ALUNOS)

MUNICÍPIO	2000	2010	2015
Aparecida do Rio Doce	107	177	136
Aporé	113	142	116
Caiapônia	543	624	533
Castelândia	133	165	126
Chapadão do Céu	197	337	388
Doverlândia	255	334	312
Jataí	3.938	3.909	3.344
Maurilândia	331	482	439
Mineiros	1.629	1.855	2.398
Montividiu	285	686	506
Palestina de Goiás	93	172	121
Perolândia	132	131	140
Portelândia	105	151	169
Rio Verde	5.288	7.250	7.507
Santa Helena de Goiás	1.576	1.495	1.352
Santa Rita do Araguaia	309	301	253
Santo Antônio da Barra	146	228	206
Serranópolis	210	260	252
TOTAL: 18	15.390	18.699	18.298

Abaixo temos a Taxa de Alfabetização que indica a percentagem de alfabetização. É o percentual das pessoas acima de 10 anos de idade que são alfabetizadas, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples - da população de um determinado local. Essa medida é um dos indicadores de desenvolvimento de um país, a Organização das Nações Unidas (ONU) utiliza este fator para calcular o Índice de Desenvolvimento Humano. Nesse quesito, somente Mineiros, Jataí, Chapadão do Céu e Rio Verde estão acima da média estadual.

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (%)			
MUNICÍPIO	1991	2000	2010
Aparecida do Rio Doce	67,5	84,2	88,25
Aporé	79,8	85,4	88,26
Caiapônia	75,1	82,4	86,41
Castelândia	67,1	80,0	76,83
Chapadão do Céu	-	95,1	95,82
Doverlândia	72,4	82,1	86,52
Jataí	83,6	89,8	93,46
Maurilândia	73,2	81,6	86,49
Mineiros	83,3	88,0	93,03
Montividiu	77,6	87,2	91,31
Palestina de Goiás	74,0	83,2	91,44
Perolândia	71,2	85,4	88,09
Portelândia	74,7	86,3	87,58
Rio Verde	81,7	89,5	94,04
Santa Helena de Goiás	78,0	84,0	88,61
Santa Rita do Araguaia	79,7	85,9	90,88
Santo Antônio da Barra	64,4	77,1	83,32
Serranópolis	77,1	84,1	88,49
Estado de Goiás	82,2	89,2	92,68

Acerca do âmbito econômico, mostraremos diversos dados. A tabela abaixo é o PIB *per capita*, que é o Produto Interno Bruto, dividido pela quantidade de habitantes de um país. O PIB é a soma de todos os bens de um país, e quanto maior for o PIB, mais demonstra o quanto esse país é desenvolvido, e podem ser classificados entre países pobres, ricos ou em desenvolvimento. Nesse caso, vemos a melhora considerável encontrada durante os anos, e dessa forma, 60% dos municípios estão com média acima da estadual, destacando o município de Chapadão do Céu que tem um valor mais de cinco vezes maior.

PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA (R\$)					
MUNICÍPIO	2010	2011	2012	2013	
Aparecida do Rio Doce	18.104,36	19.714,43	22.474,99	21.709,16	
Aporé	18.858,83	22.724,60	23.035,31	33.187,03	
A Caiapônia	20.863,11	19.669,50	21.247,06	30.273,54	
tabela Castelândia	13.287,27	16.780,96	18.035,54	20.627,43	
abaixo diz Chapadão do Céu	134.306,98	104.094,69	90.530,26	114.455,13	
respeito Doverlândia	13.575,59	15.812,07	17.388,95	19.798,04	
ao valor do PIB calculado Jataí	25.003,50	28.192,51	33.478,02	34.880,04	
a preços correntes, ou seja, no ano em que o produto foi produzido e comerciali zado.	Maurilândia	8.379,00	10.683,68	12.058,12	13.404,13
Nesse	Mineiros	21.703,33	22.860,23	27.453,22	30.143,76
sentido, encontramos as melhores performances em Rio Verde, Jataí, Mineiros e Chapadão do Céu, respectivamente.	Montividiu	36.201,10	46.625,28	53.143,70	54.839,07
	Palestina de Goiás	13.364,30	15.406,41	17.687,82	19.397,41
	Perolândia	95.894,38	76.271,00	73.900,03	97.053,92
	Portelândia	37.777,13	39.471,26	43.763,89	48.618,36
	Rio Verde	24.666,49	29.858,91	34.877,03	36.539,06
	Santa Helena de Goiás	14.994,19	18.586,30	21.585,53	23.152,32
	Santa Rita do Araguaia	9.767,44	11.338,19	16.267,42	17.155,40
	Santo Antônio da Barra	21.089,70	25.873,81	21.826,45	28.041,05
	Serranópolis	28.136,22	26.164,31	28.678,31	30.541,23
	Estado de Goiás	17.783,32	19.939,47	22.509,40	23.470,48

PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES - PIB (R\$ MIL)				
MUNICÍPIO	2010	2011	2012	2013
Aparecida do Rio Doce	44.048	47.886	54.637	54.295
Aporé	71.871	87.081	88.916	133.014
Caiapônia	349.123	332.749	362.730	538.052
Castelândia	48.339	60.747	64.964	75.826
Chapadão do Céu	940.686	754.582	677.891	920.448
Doverlândia	107.139	123.982	135.495	157.157
Jataí	2.201.508	2.508.288	3.009.741	3.270.318
Maurilândia	96.493	125.181	143.576	167.726
Mineiros	1.149.495	1.234.521	1.510.915	1.750.207
Montividiu	382.863	503.087	584.634	636.736
Palestina de Goiás	45.198	52.012	59.803	67.542

Perolândia	282.888	225.991	219.853	298.344
Portelândia	145.026	151.964	168.972	193.696
Rio Verde	4.353.685	5.405.059	6.468.468	7.199.949
Santa Helena de Goiás	546.673	680.574	793.484	879.649
Santa Rita do Araguaia	67.669	80.116	117.158	130.364
Santo Antônio da Barra	93.427	115.190	97.782	130.223
Serranópolis	210.375	197.828	219.045	243.169
TOTAL: 18	11.136.506	12.686.838	14.778.064	16.846.71

Os dados abaixo mostram a atividade econômica da microrregião, desagregado por municípios, bem como uma diversidade de dados complementares. Percebemos que o setor com maior participação foi o de Serviços, seguido pelo setor de Agropecuária, depois Indústria e, por fim, Administração Pública.

MUNICÍPIO	VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS - INDÚSTRIA (R\$ MIL)		VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS - SERVIÇOS (R\$ MIL)		VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS - AGROPECUÁRIA (R\$ MIL)		VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ MIL)	
	2010	2013	2010	2013	2010	2013	2010	2013
Aparecida do Rio Doce	2.248	3.092	19.470	23.311	20.191	25.802	10.588	11.913
Aporé	4.014	20.760	27.757	43.412	35.009	58.567	14.062	20.119
Caiapônia	22.048	38.228	112.331	166.438	203.455	313.609	40.162	59.313
Castelândia	2.770	4.849	24.341	35.055	17.394	31.708	9.621	14.021
Chapadão do Céu	135.981	134.762	201.999	241.791	566.726	496.213	29.063	38.239
Doverlândia	6.748	11.844	41.358	60.800	54.545	77.448	17.632	24.629
Jataí	446.050	565.614	1.032.237	1.509.098	522.810	915.498	221.966	316.662
Maurilândia	8.833	14.018	58.855	87.743	24.200	57.629	26.590	37.738
Mineiros	200.348	357.857	535.366	857.097	323.596	363.980	129.394	203.282
Palestina de Goiás	2.133	19.317	27.274	21.949	33.113	9.997	13.025	

Perolândia	21.236	52.426	62.592	203.89 4	169.390	10.360	16.434
Portelândia	13.981	54.385	71.787	68.834	92.855	11.905	16.717
Rio Verde	1.204.07 6	2.131.5 8 0	3.424.1 7 4	593.34 3	1.058.68 7	447.442	708.30 6
Santa Helena de Goiás	95.789	288.04 1	410.834	121.14 6	201.584	83.102	113.31 7
Santa Rita do Araguaia	3.897	43.637	80.322	14.641	29.073	15.026	23.352
Santo Antônio da Barra	29.861	27.997	39.484	26.708	51.298	12.187	18.704
Serranópolis	37.272	60.530	81.036	103.54 6	119.564	19.719	28.773
TOTAL: 18	2.283.343	4.858.3 74	7.427.3 96	3.106.4 28	4.437.373	1.138.80 6	1.712.84

Produção da Microrregião de Sudoeste de Goiás e de seus municípios – 2010 a 2013 (IMB).

As tabelas abaixo são relacionadas ao emprego. Dessa forma, o número de empregos (postos de trabalho) corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos. Como vínculo empregatício entende-se como a relação de emprego mantida com o empregador durante o ano-base e que se estabelece sempre que ocorrer trabalho remunerado com submissão hierárquica ao empregador e horário preestabelecido por este. Esta relação pode ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Regime Jurídico Único, no caso de empregado estatutário. Em todas as cidades há o crescimento no número de empregos, isso mostra que os egressos possuirão saídas para o mercado de trabalho.

EMPREGOS - TOTAL (NÚMERO)

MUNICÍPIO	1999	2003	2007	2011	2013	2015
Aparecida do Rio Doce	215	376	516	800	648	681
Aporé	409	478	796	1.070	1.159	952
Caiapônia	837	1.197	1.349	1.746	1.988	2.166
Castelândia	181	215	263	361	408	370
Chapadão do Céu	754	1.315	1.683	3.734	4.144	4.252
Doverlândia	250	645	725	978	924	1.069
Jataí	9.312	12.561	15.141	19.503	20.616	20.800
Maurilândia	902	568	2.360	1.445	1.086	1.553
Mineiros	4.101	6.065	10.947	14.442	17.265	17.115
Montividiu	813	1.630	1.819	2.287	2.671	2.585
Palestina de Goiás	239	228	283	366	397	342

Perolândia	342	460	499	1.743	2.101	1.650
Portelândia	288	437	540	670	739	651
Rio Verde	16.512	30.714	42.278	51.808	57.228	58.437
Santa Helena de Goiás	3.148	4.680	5.193	7.201	9.065	7.157
Santa Rita do Araguaia	315	400	507	786	865	795
Santo Antônio da Barra	221	372	504	882	915	1.187
Serranópolis	541	908	1.356	1.584	1.685	1.769
TOTAL: 18	39.380	63.249	86.759	111.406	123.904	123.531

* O valor obtido é a soma dos subsetores: Indústria de Extração de Minerais; Indústria de Transformação; Serviços Industriais de Utilidade Pública; Construção Civil; Comércio; Serviços; Administração Pública Direta e Indireta; Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca; e Atividade não Especificada ou Classificada.

A tabela abaixo mostra o rendimento médio que é determinado pela divisão da massa salarial pelo número de empregos. Quando se fala em número de empregos (postos de trabalho) corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos. Nesse contexto, também encontramos o aumento da remuneração média da microrregião, entretanto, somente Chapadão do Céu e Perolândia ficaram acima da média estadual.

RENDIMENTO MÉDIO (R\$)

MUNICÍPIO	1999	2003	2007	2011	2013	2015
Aparecida do Rio Doce	292,2	512,63	732,93	1.091,98	1.403,65	1.411,68
Aporé	310,46	564,82	867,06	1.221,97	1.745,98	2.009,54
Caiapônia	317,33	482,27	768,03	1.208,29	1.634,18	1.856,82
Castelândia	327,21	509,89	709,28	1.059,65	1.358,53	1.632,54
Chapadão do Céu	499,98	739,57	1.107,63	1.820,27	2.424,80	2.666,92
Doverlândia	366,87	532,82	697,1	985,7	1.519,78	1.555,88
Jataí	352,39	543,52	798,85	1.259,69	1.650,34	1.904,36
Maurilândia	329,13	541,22	1.019,84	1.437,94	1.981,61	1.977,28
Mineiros	410,24	538,62	874,6	1.373,17	1.674,24	1.935,66
Montividiu	429,58	581,86	833,29	1.380,91	1.794,39	1.816,23
Palestina de Goiás	238,18	386,35	575,37	928,72	1.772,53	1.655,46
Perolândia	344,01	479,60	738,94	1.605,14	2.298,77	2.739,14
Santa Rita do Araguaia	285,58	404,62	668,25	1.050,45	1.403,14	1.646,94
Santo Antônio da Barra	246,81	455,30	691,57	1.371,61	1.804,21	2.130,25
Serranópolis	358,76	472,44	857,87	1.279,46	1.624,09	1.959,38
Estado de Goiás	492,33	699,3	1.028,24	1.467,99	1.849,14	2.186,88

A tabela abaixo mostra os empregos formais entre 2014 e 2015, por setor de atividade econômica e por município, ao final, encontramos o total da microrregião. Assim, a maior parte dos

empregos formais na microrregião foi originada do setor de Administração Pública, seguido por Comércio, Serviços, e por fim, Agropecuária. As cidades que mais geraram empregos foram: Rio Verde, Jataí, Mineiros e Santa Helena de Goiás, conformados abaixo:

Número de Empregos Formais em 31/12, Variação Absoluta nos anos de 2015 e 2014 por setor de atividade econômica										
IBGE Setor	Aparecida do Rio Doce		Aporé		Caiapônia		Castelândia		Chapadão do Céu	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1 - Extrativa mineral					46	51				
2 - Indústria de transformação	4	4	262	279	45	67			1.782	1.816
3 - Serviços industriais de utilidade pública			4	4	1	1				
4 - Construção Civil	3	8			14	55	1	1	56	66
5 - Comércio	66	72	60	56	463	448	50	50	424	379
6 - Serviços	26	316	56	48	255	230	31	42	405	390
7 - Administração Pública	338	283	209	268	478	482	264	264	609	548
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	244	230	361	366	864	785	24	29	976	1.012
Total	681	913	952	1.021	2.166	2.119	370	386	4.252	4.211
IBGE Setor	Doverlândia		Jataí		Maurilândia		Mineiros		Montividiu	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1- Extrativa mineral										
2 - Indústria de transformação	64	61	3.065	3.428	9	2	4.030	4.224	84	102
3 - Serviços industriais de utilidade pública			288	237			116	107		
4 - Construção Civil	0	1	605	619	51	57	570	487	79	41
5 - Comércio	146	126	5.746	6.002	137	122	3.600	3.659	392	369

6 - Serviços	63	66	4.916	4.753	214	178	3.471	3.349	326	372
7 - Administração Pública	390	310	3.259	3.279	379	283	1.834	1.694	713	511
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	406	373	2.888	2.696	763	871	3.471	3.524	951	897
Total	1.069	937	20.800	21.045	1.553	1.513	17.115	17.071	2.585	2.332
	Palestina de Goiás		Perolândia		Portelândia		Rio Verde		Santa Helena de Goiás	
IBGE Setor	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1 - Extrativa mineral			38	36	2	0	77	93		
2 - Indústria de transformação	3	2	964	997	64	62	14.008	14.775	1.472	2.138
3 - Serviços industriais de utilidade pública	1	9					172	173	3	3
4 - Construção Civil			0	1	1	0	2.338	2.562	76	742
5 - Comércio	22	31	55	54	113	152	12.160	12.645	1.390	1.459
6 - Serviços	9	28	27	26	97	101	14.982	14.458	1.810	1.949
7 - Administração Pública	147	144	291	290	199	213	7.400	6.713	1.307	1.343

pesca											
Total	342	367	1.650	1.662	651	711	58.437	58.051	7.157	8.964	
	Santa Rita do Araguaia		Santo Antônio da Barra		Serranópolis				TOTAL DA MICRORREGIÃO		
IBGE Setor	2015	2014	2015	2014	2015	2014			2015	2014	
1 - Extrativa mineral									259	278	
2 - Indústria de transformação	20	25	434	437	626	579			26936	28998	
3 - Serviços industriais de utilidade pública									783	729	
4 - Construção Civil	0	1	0	12	8	8			5539	6290	
5 - Comércio	283	260	57	56	180	147			24947	26171	
6 - Serviços	115	163	70	111	130	109			29603	28237	
7 - Administração Pública	177	203	313	2	373	401			19818	19138	
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	200	215	313	354	452	451			33132	32197	
Total	795	867	1.187	972	1.769	1.695			106045	107636	

Quantidade de empregos por Grandes Setores de Atividade, conforme dados do RAIS/2015.

A tabela abaixo apresenta as 100 ocupações que mais ofereceram postos de trabalho nos últimos cinco anos, bem como as remunerações médias e em Salários Mínimos (SM), levando-se em conta a variação destes durante os anos.

Na lista encontramos 5.442 vagas que foram abertas somente para o cargo de Assistente Administrativo, 1.296 para Gerente Administrativo, e 648 vagas para Supervisor Administrativo, além dessas, encontramos outros cargos que não estão na lista. Perfazendo assim quase 7.500 vagas diretamente relacionadas ao curso, não se levando em conta, cargos correlatos que podem ser ocupados por este profissional, o que excederia muito as oportunidades. Dessa forma, se mostra a possibilidade real do emprego aos nossos egressos.

CBO 2002		Salário Médio Adm.	Admissão	SM
1	848520: Magarefe	R\$ 817,54	22934	R\$ 1,15
2	621005: Trabalhador Agropecuário em geral	R\$ 1.001,42	22207	R\$ 1,41
3	782510: Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Internacionais)	R\$ 1.224,87	20026	R\$ 1,72
4	411005: Auxiliar de Escritório, em geral	R\$ 838,97	19139	R\$ 1,18
5	717020: Servente de Obras	R\$ 763,70	16507	R\$ 1,07
6	521110: Vendedor de Comércio Varejista	R\$ 767,26	15133	R\$ 1,08
7	622020: Trabalhador Volante da Agricultura	R\$ 891,47	14188	R\$ 1,25
8	784205: Alimentador de Linha de Produção	R\$ 853,22	11917	R\$ 1,20
9	622110: Trabalhador da Cultura de Cana-de-açúcar	R\$ 725,08	8768	R\$ 1,02
10	421125: Operador de Caixa	R\$ 816,14	8435	R\$ 1,15
11	715210: Pedreiro	R\$ 1.163,37	6793	R\$ 1,63
12	641015: Tratorista Agrícola	R\$ 1.139,42	6456	R\$ 1,60
13	514320: Faxineiro (Desativado em 2010)	R\$ 790,06	6342	R\$ 1,11
14	411010: Assistente Administrativo	R\$ 1.081,51	5442	R\$ 1,52
15	641010: Operador de Máquinas de Beneficiamento de Produtos Agrícolas	R\$ 1.163,57	5277	R\$ 1,63
16	513205: Cozinheiro Geral	R\$ 832,18	4908	R\$ 1,17
17	412205: Contínuo	R\$ 770,00	4841	R\$ 1,08
18	513435: Atendente de Lanchonete	R\$ 784,22	4841	R\$ 1,10
19	521135: Frentista	R\$ 902,99	4631	R\$ 1,27
20	521125: Repositor de Mercadorias	R\$ 784,89	4622	R\$ 1,10
21	623305: Trabalhador da Avicultura de Corte	R\$ 901,67	4335	R\$ 1,27
22	623215: Trabalhador da Suinocultura	R\$ 958,86	4133	R\$ 1,35
23	622115: Trabalhador da Cultura de Milho e Sorgo	R\$ 1.012,18	4049	R\$ 1,42
24	422105: Recepcionista, em Geral	R\$ 807,39	3607	R\$ 1,13
25	414110: Armazenista	R\$ 1.088,44	3381	R\$ 1,53
26	724315: Soldador	R\$ 1.423,87	2748	R\$ 2,00
27	514225: Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	R\$ 901,02	2598	R\$ 1,27
28	414105: Almojarife	R\$ 991,12	2565	R\$ 1,39
29	513505: Auxiliar nos Serviços de Alimentação	R\$ 829,20	2542	R\$ 1,16
30	783215: Carregador (Veículos de Transportes Terrestres)	R\$ 835,12	2289	R\$ 1,17
31	911305: Mecânico de Manutenção de Maquinas, em Geral	R\$ 1.294,50	2270	R\$ 1,82
32	784105: Embalador a Mão	R\$ 719,22	2263	R\$ 1,01
33	421310: Cobrador Interno	R\$ 798,82	2240	R\$ 1,12
34	623110: Trabalhador da Pecuária (Bovinos de Corte)	R\$ 913,89	2208	R\$ 1,28
35	623015: Trabalhador de Pecuária Polivalente	R\$ 1.139,55	2204	R\$ 1,60
36	914405: Mecânico de Manutenção de Automóveis, Motocicletas e Veículos Similares	R\$ 1.096,31	2021	R\$ 1,54

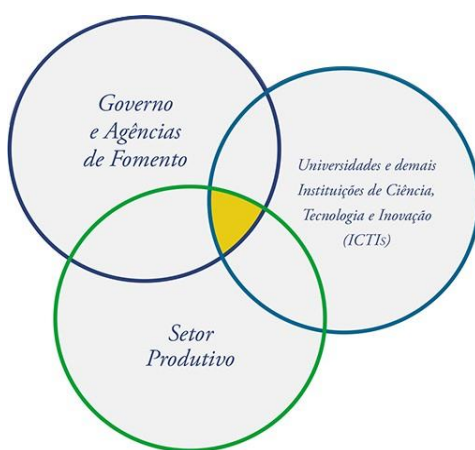
37	414210: Apontador de Produção	R\$ 921,79	2021	R\$ 1,29
38	783225: Ajudante de Motorista	R\$ 803,88	2015	R\$ 1,13
39	848510: Açougueiro	R\$ 1.010,76	1974	R\$ 1,42
40	782410: Motorista de Ônibus Urbano	R\$ 1.035,97	1931	R\$ 1,46
41	715615: Eletricista de Instalações	R\$ 1.231,29	1920	R\$ 1,73
42	517410: Porteiro de Edifícios	R\$ 887,60	1880	R\$ 1,25
43	783210: Carregador (Armazém)	R\$ 940,03	1840	R\$ 1,32
44	992225: Auxiliar Geral de Conservação de Vias Permanentes (Exceto Trilhos)	R\$ 765,85	1777	R\$ 1,08
45	252305: Secretária Executiva	R\$ 811,08	1764	R\$ 1,14
46	517420: Vigia	R\$ 910,84	1665	R\$ 1,28
47	715505: Carpinteiro	R\$ 1.173,35	1638	R\$ 1,65
48	862150: Operador de Máquinas Fixas, em Geral	R\$ 1.069,19	1637	R\$ 1,50
49	514325: Trabalhador da Manutenção de Edificações	R\$ 888,07	1627	R\$ 1,25
50	841505: Trabalhador de Tratamento do Leite e Fabricação de Laticínios e Afins	R\$ 809,82	1607	R\$ 1,14
51	513405: Garçom	R\$ 807,49	1558	R\$ 1,13
52	411030: Auxiliar de Pessoal	R\$ 830,19	1557	R\$ 1,17
53	514120: Zelador de Edifício	R\$ 773,04	1544	R\$ 1,09
54	517330: Vigilante	R\$ 977,01	1524	R\$ 1,37
55	519110: Motociclista no Transporte de Documentos e Pequenos Volumes	R\$ 823,30	1524	R\$ 1,16
56	413110: Auxiliar de Contabilidade	R\$ 1.112,99	1486	R\$ 1,56
57	782310: Motorista de Furgão ou Veículo Similar	R\$ 1.071,97	1437	R\$ 1,51
58	782305: Motorista de Carro de Passeio	R\$ 1.056,69	1432	R\$ 1,48
59	641005: Operador de Colheitadeira	R\$ 1.511,44	1395	R\$ 2,12
60	623310: Trabalhador da Avicultura de Postura	R\$ 801,89	1379	R\$ 1,13
61	142105: Gerente Administrativo	R\$ 2.002,32	1296	R\$ 2,81
62	724205: Montador de Estruturas Metálicas	R\$ 1.118,28	1294	R\$ 1,57
63	715315: Armador de Estrutura de Concreto Armado	R\$ 1.096,19	1158	R\$ 1,54
64	782405: Motorista de Ônibus Rodoviário	R\$ 1.061,11	1142	R\$ 1,49
65	620105: Supervisor de Exploração Agrícola	R\$ 1.363,68	1124	R\$ 1,92
66	513315: Camareiro de Hotel	R\$ 753,18	1123	R\$ 1,06
67	519935: Lavador de Veículos	R\$ 809,90	1044	R\$ 1,14
68	763215: Costureiro, a Máquina na Confecção em Série	R\$ 689,28	1040	R\$ 0,97
69	992115: Borracheiro	R\$ 1.072,49	1033	R\$ 1,51
70	913115: Mecânico de Manutenção de Máquinas Agrícolas	R\$ 1.482,87	993	R\$ 2,08
71	513425: Copeiro	R\$ 774,54	986	R\$ 1,09
72	782505: Caminhoneiro Autônomo (Rotas Regionais e Internacionais)	R\$ 1.336,43	982	R\$ 1,88

73	322205: Técnico de Enfermagem	R\$ 1.051,16	936	R\$ 1,48
74	848305: Padeiro	R\$ 967,14	920	R\$ 1,36
75	761205: Operador de Abertura (Fiação)	R\$ 667,03	878	R\$ 0,94
76	914425: Mecânico de Veículos Automotores a Diesel (Exceto Tratores)	R\$ 1.391,85	854	R\$ 1,95
77	414115: Balanceiro	R\$ 1.089,08	838	R\$ 1,53
78	716610: Pintor de Obras	R\$ 1.122,84	765	R\$ 1,58
79	521105: Vendedor em Comércio Atacadista	R\$ 1.060,69	756	R\$ 1,49
80	516345: Auxiliar de Lavanderia	R\$ 792,16	750	R\$ 1,11
81	142305: Gerente Comercial	R\$ 1.886,74	732	R\$ 2,65
82	623115: Trabalhador da Pecuária (Bovinos de Leite)	R\$ 985,61	700	R\$ 1,38
83	715230: Pedreiro de Edificações	R\$ 1.129,97	679	R\$ 1,59
84	391205: Inspetor de Qualidade	R\$ 1.165,23	650	R\$ 1,64
85	413210: Caixa de Banco	R\$ 936,68	650	R\$ 1,32
86	410105: Supervisor Administrativo	R\$ 1.882,41	648	R\$ 2,64
87	422120: Recepcionista de Hotel	R\$ 847,06	643	R\$ 1,19
88	223405: Farmacêutico	R\$ 2.543,87	627	R\$ 3,57
89	622205: Trabalhador da Cultura de Algodão	R\$ 977,27	627	R\$ 1,37
90	421305: Cobrador Externo	R\$ 785,85	614	R\$ 1,10
91	710205: Mestre (Construção Civil)	R\$ 2.200,90	605	R\$ 3,09
92	782515: Motorista Operacional de Guincho	R\$ 1.053,87	604	R\$ 1,48
93	622015: Trabalhador na Produção de Mudas e Sementes	R\$ 1.315,92	601	R\$ 1,85
94	715130: Operador de Motoniveladora	R\$ 1.704,99	586	R\$ 2,39
95	301105: Técnico de Laboratório Industrial	R\$ 1.264,32	585	R\$ 1,78
96	351605: Técnico em Segurança no Trabalho	R\$ 1.764,33	584	R\$ 2,48
97	514310: Auxiliar de Manutenção Predial	R\$ 853,52	580	R\$ 1,20
98	521115: Promotor de Vendas	R\$ 868,48	580	R\$ 1,22
99	514205: Coletor de Lixo Domiciliar	R\$ 888,18	579	R\$ 1,25
100	622730: Trabalhador na Cultura de Soja	R\$ 1.217,06	578	R\$ 1,71

As 100 Ocupações que mais empregaram na Microrregião do Sudoeste de Goiás nos últimos cinco anos: quantidade de empregados, Remuneração Médi, e em Salários Mínimos. Fonte MTE/Caged.

Em relação à vocação e as potencialidades dos municípios da Microrregião do Sudoeste de Goiás e regiões semelhantes, e seus respectivos Arranjos Produtivos Locais (APLs), que são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Temos a dizer que:

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL	CIDADE PÓLO	COTEC/ITEGO	IDENTIFICAÇÃO	MUNICÍPIOS
Grãos, Aves e Suínos de Rio Verde	Rio Verde	ITEGO Luiz Humberto de Menezes - Santa Helena	Inativo	Rio Verde
Confecção de Rio Verde	Rio Verde	ITEGO Luiz Humberto de Menezes - Santa Helena	Inativo	Rio Verde
Vitivinicultura de Santa Helena	Santa Helena	ITEGO Luiz Humberto de Menezes - Santa Helena	Inativo	Santa Helena



Em relação às informações relativas aos investimentos públicos e privados, a microrregião é contemplada nesse sentido. Como por exemplo, o Governo vem investindo em programas que garantem o desenvolvimento tecnológico do Estado, assim, Goiás se prepara para dar um salto em competitividade. Nesse contexto, foi lançada a maior plataforma de incentivo à inovação do Brasil, o Inova Goiás, que receberá mais de 1 bilhão de reais em investimentos e o suporte de parcerias entre Governo, Prefeituras, Universidades, Sebrae, Instituições de pesquisa e o setor produtivo. O programa vai facilitar o acesso às novas tecnologias, dinamizar o papel das empresas e fomentar o potencial de cada região. Com isso, Goiás vai se projetar como um dos 3 estados que mais inovam no País, abrindo novos caminhos para o futuro.

Este programa do Governo do Estado irá abranger diversas áreas, como o setor produtivo, órgãos do Estado, Universidades e Instituições de Tecnologia e

inovação. Isso fará que o Estado prepare e qualifique a mão de obra, para que as novas empresas possam investir na economia do Estado de Goiás e gerar novas vagas de empregos. Nesse contexto, a competitividade e desenvolvimento são o foco para fazer o Estado crescer, ampliando novos horizontes para os cidadãos goianos, buscando assim, melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados pelo o Governo do Estado de Goiás e aumentando a produtividade do setor produtivo com o desenvolvimento tecnológico e com inovação.

Fazer diferente, investir em novas e modernas estratégias, dar um passo à frente, por isso o Governo do Estado de Goiás criou o Inova Goiás, para apoiar o setor privado, o setor público e a população, com medidas planejadas e inovadas. Nesse contexto, a inovação tem um conceito amplo e objetivos claros: tornar organizações mais competitivas, manter negócios vivos e garantir a sustentabilidade do planeta. É inovando que o Governo de Goiás vai colocar o Estado em um novo patamar de competitividade e desenvolvimento.

Em relação aos investimentos privados e outras conjecturas, podemos citar que a Microrregião do Sudoeste de Goiás apresenta vocação agrária, entretanto, os setores de comércio e serviços são os responsáveis pelos maiores saldos de empregos no município. Classificada pela agência Estadual de Turismo como uma região de ecoturismo e aventura.

Toda essa matriz agricultura, indústria e serviços movimentam a economia do sudoeste de Goiás, como por exemplo, o intenso tráfego de carreta abarrotado de soja ou de máquinas agrícolas e também fazendas em Goiás com lavouras tão extensas que o limite das plantações vai além do alcance visual.

Cachoeira Alta é um dos municípios que compõem a microrregião no qual está localizado Colégio Tecnológico (COTEC) vinculado ao Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Luiz Humberto de Menezes para oferta de cursos de educação profissional. O município se estende por 1 654,6 km² e estimativa para 2018, segundo o IBGE de 12 297 pessoas. A densidade demográfica é de 6,4 habitantes por km² no território do município.

A base de sua economia é a agropecuária extensiva de corte e leiteira, com pequenos produtores em sua maioria. Na zona urbana encontra-se um frigorífico com capacidade de abate aproximada de 1000 animais/dia, com capacidade e certificação para exportação de seus produtos, além de dois laticínios, construção de Usinas Hidrelétrica e de Cana-de-Açúcar que fomentam sua principal atividade econômica. O comércio é fortalecido devido a Ferrovia Norte Sul que, apesar de não passar por Cachoeira Alta, o porto seco fica cerca de quarenta quilômetros de distância da cidade, no município vizinho São Simão, fator que já tem contribuído com o crescimento de Cachoeira Alta.

Assim, diante do crescente desenvolvimento sabe-se que a ocorrência de acidentes do

trabalho, neles inclusos não só a modalidade típica, como também as manifestações de doenças profissionais e do trabalho, também aumentou e produz consequências negativas, as mais variadas para os segmentos envolvidos na relação trabalhista: empregado, empregador e governo. Os prejuízos podem ser representados da seguinte forma: para empresa, perda de tempo útil na produção, danificação de máquinas e equipamentos; gastos com treinamento de substitutos de acidentados, dentre outros; para o trabalhador, redução salarial, enquanto estiver percebendo benefício previdenciário; perda de membro ou órgão funcional; sofrimentos físico, mental e psicológico; desajuste familiar por perda do chefe da família ou sua invalidez e diminuição no orçamento familiar; para o governo, despesas com atendimento médico-hospitalar; transporte de acidentados; remédios; reabilitação profissional; pagamento de benefícios previdenciários diversos. Portanto, fica evidenciado que prevenir acidentes de trabalho é uma obrigação legal e constitui num dever social.

O artigo 162 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), disciplinado pela Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho, Norma Regulamentadora – NR 04, criou o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e impõe que as empresas públicas e privadas, organizem e mantenham em funcionamento o serviço especializado. O SESMT deverá ser composto exclusivamente por empregados da empresa, detentores de formação especializada na área de Segurança e Saúde do Trabalho, sendo três de nível superior: Engenheiro de Segurança do Trabalho, Médico do Trabalho e Enfermeiro do Trabalho, e dois com formação de ensino médio: Técnico em Segurança do Trabalho e Auxiliar de Enfermagem do Trabalho.

Em 26/03/2007, o Decreto 6.042/07, foi criado o Fórum Nacional de Previdência Social que estabelece novas alíquotas para o Seguro Acidente de Trabalho e inverte o ônus da prova quando o trabalhador se acidentar, o Nexo Técnico-Epidemiológico. Altera o percentual pago pelas empresas ao Seguro Acidente de Trabalho. As empresas pagariam entre 1% e 3% do valor da folha de pagamento, de acordo com a quantidade de acidentes registrados. Paga 1% as empresas com menos acidentes de trabalho e 3% as empresas com maior incidência de acidentes e doenças provocadas pela ocupação profissional. As empresas que investirem na prevenção de acidentes de trabalho, em segurança e saúde do trabalhador, poderão ter desconto de até 50% no valor de sua alíquota. As empresas que não fizerem investimentos e aumentarem o número de acidentes poderão ter que pagar até o dobro do valor máximo do seguro. Com a implantação do Nexo Técnico-Epidemiológico, será ampliada a demanda no mercado para contratação dos profissionais de Técnicos em Segurança do Trabalho.

Tendo em vista todos os argumentos acima, justifica-se a oferta do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, como oferta de curso de educação profissional na modalidade presencial. Por fim, estes discentes, podem ser plenamente absorvidos pela área de serviços, indústria, agricultura, comércio e pelos projetos governamentais existentes na Microrregião de Porangatu.

2. FILOSOFIA E OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

A formação integral no homem se vislumbra a partir de fundamentos básicos no currículo e na prática da instituição sobre as categorias (trabalho, ciência, técnica, tecnologia e cultura), tendo por direcionamento que o trabalho é alicerce e cultura em um grupo social. Desta forma, esta sociedade deve oferecer

oportunidades para que seus indivíduos tenham noções da práxis dos conhecimentos científicos construídos e estabelecidos. Essa práxis se deu a partir das relações do homem e do ambiente, do homem consigo mesmo e de suas relações sociais em diversos contextos.

Ao se pensar em formação integral como formação no homem, não se pode admitir a dualidade da relação da práxis de base humanista e o saber técnico, e sim a integração entre elas para o cidadão completo, através de propostas que dialoguem com essas diretrizes.

[...] a formação integrada ou o ensino médio integrado ao ensino técnico significa que a educação geral torna-se parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho [...] nos processos produtivos, [...] nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior (CIAVATTA, 2005, p. 2).

Sendo assim, na educação profissional e tecnológica, a lógica laboral do trabalho é foco central para a prática educativa e, além disso, é um valor moral e de agregação social, como dialoga Castel (1999), em que o homem é um ser que possui o trabalho como um elo com o centro social que o circunda. Outrossim, o trabalho é motivador cultural, emocional e físico para o ser humano, criando a consciência social de seu lugar no ambiente que vive, como também no mundo.

Além do trabalho, desenvolver construções sobre o âmbito da cultura é relevante para a formação integral do homem. A cultura, por ser o agrupamento de práticas que se formam e se moldam no âmago de determinada sociedade, é deveras importante para o desenvolvimento de processos metodológicos para a formação de um indivíduo manumitido, completo.

As influências dos processos culturais em relação à hegemonia da produção cultural, como afirma Gramsci (1995), têm relevância nas definições das diretrizes educacionais, refletindo, assim, logicamente, na educação tecnológica. Deste modo, culturalmente devemos ver a educação fora do âmbito do custo benefício, ou seja, da mais valia, advinda da construção e apropriação do saber pelo aluno. Deve, portanto, ser pensada pela ótica da emancipação e autonomia do indivíduo.

Nesse sentido, a tecnologia encontra espaço na construção do indivíduo, pois é o direcionamento que encontramos com a globalização, que é cada dia mais forte. O conhecimento científico, baseado na ciência, é fator concomitante, agregador e complementar à tecnologia, tendo em vista, conforme Gama (1986), a tecnologia ser vista primeiramente como uma ciência aplicada e, em segundo lugar, em um contexto maior, social, histórico e cultural. Enfim, a tecnologia é conceituada por Gama (1986, p. 21), que diz que: “[...] tecnologia não é um

agregado de técnicas ou componentes. Tecnologia não é técnica, não é o conjunto das técnicas. Então, tecnologia não é o fazer, mas sim o estudo do fazer, é o conhecimento sistematizado, é o raciocínio racionalmente organizado sobre a técnica”.

Dessa maneira, se percebe que a tecnologia afeta o indivíduo em seu modo de vida e, sendo assim, a educação profissional deve analisar os limites da tecnologia e da ciência e aplicá-los no ensino, desviando-se somente do âmbito da educação técnica, buscando a formação completa para ele.

Enfim, a educação é um direito reconhecido e a preocupação com sua qualidade é de suma importância para a sociedade. Portanto, somente poderíamos conquistar tal intento no momento em que pensamos a educação como formação de cunho integral, ou seja, damos o horizonte possível para que se trabalhe a construção do cidadão complemento, levando em conta ser conhecedor e crítico em relação aos direitos básicos e fundamentais.

Sendo assim, o Itego busca a promoção da formação baseada na visão humanística, com fundamentos nos seguintes princípios norteadores, que visam à:

- ✓ justiça social com igualdade, cidadania, ética, emancipação e sustentabilidade ambiental;
- ✓ gestão democrática, com transparência de todos os atos, obedecendo aos princípios da autonomia, da descentralização e da participação coletiva nas instâncias deliberativas;
- ✓ formação humana integral, com a produção, socialização e difusão do conhecimento científico, técnico-tecnológico, artístico-cultural e desportivo;
- ✓ inclusão social quanto às condições físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas dos sujeitos, respeitando-se sempre a diversidade;
- ✓ natureza pública e laica da educação;
- ✓ educação como direito social e subjetivo, e
- ✓ democratização do acesso e garantia da permanência e da conclusão com sucesso, na perspectiva de uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Desse modo, os princípios filosóficos e norteadores do ITEGO apresentam e têm consonância com os fundamentos para a educação nacional, em relação à Constituição Federal 88, à Lei de Diretrizes e Bases das Educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais e, em especial, à educação profissional.

A CF 88 assegura – mesmo que não diretamente – o direito à educação profissional e tecnológica, e vamos abarcar, neste contexto, o nível médio técnico. No artigo 1º da CF, mencionam-se os valores sociais do trabalho e da cidadania, que

são fundamentos do estado democrático de direito. Além desse, o artigo 3º fala da seguinte forma:

Art. 3º, construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalidade; reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Com tal direcionamento, a educação e, neste caso, a profissional, é uma forma indiscutível de cumprir esses objetivos republicanos. Ao lermos o inciso XIII do art. 5º da CF, fica evidente a importância da relação entre educação e o trabalho, ao citar que: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (BRASIL, 1988). Neste sentido, no artigo 6º da CF, fundamenta-se a educação como um direito social essencial para os indivíduos.

Desse modo, mesmo não estando explícita na CF a relação que há entre a educação profissional e os princípios norteadores do estado de direito, esta é notória, no momento em que alimenta a formação e o desenvolvimento do potencial do indivíduo através da educação, com vista ao trabalho útil, como algo além de sustento próprio, voltado à própria dignidade humana. Como corroboração deste, no artigo 205 da CF, afirma-se que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Finalizando, para que se realize satisfatoriamente esse intento constitucional, a formação deverá ser adequada e compromissada com o desenvolvimento completo do indivíduo, tendo em vista que uma formação deficitária frustrará o próprio indivíduo e a sociedade como um todo sofrerá as consequências com o rompimento do tecido social.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) expõe acerca da educação profissional técnica de nível médio no artigo 36, incluído pela Lei nº 11.741/2008. As relações entre as filosofias e diretrizes do Itego, dentre outros, ficam evidentes nos seguintes pontos:

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

[...]

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; [...] (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Percebe-se, então, um respaldo na relação entre a escola e o trabalho, que forma o indivíduo e lhe dá oportunidade. Neste sentido, a filosofia do ITEGO que busca esse intento é de salutar importância e um mecanismo forte na sociedade.

Em suma, em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e às filosofias e orientações do ITEGO, buscamos itinerários formativos diversos e atualizados para que deem maiores possibilidades ao aluno que aqui ingressar e ao ser egresso, de empregabilidade, orientando-o para uma trajetória educacional consistente.

O Itego também se baseia nas dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura, tendo o devido apoio das DCNs para tal intento, propiciando, além da qualificação profissional, o aumento do nível de escolaridade – com qualidade técnica e humanista – para os alunos.

Fica evidente, assim, a comunhão entre os princípios norteadores da educação profissional técnica para nível médio, como versa o art. 6º da Resolução Nº 6, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e dispõe da seguinte forma:

Capítulo II Princípios Norteadores

Art. 6º São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;

VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;

IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;

X - reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade;

XI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;

XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;

XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;

XIV - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;

XV - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVI - fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;

XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Logo, esses princípios são congruentes com as filosofias e diretrizes norteadoras deste Itego, que buscam o completo desenvolvimento dos nossos alunos e, por consequência, indivíduos capacitados e aptos à execução de seu perfil profissional de conclusão, com pleno conhecimento, habilidade e atitude em seu local de trabalho.

Em vista dos argumentos apresentados anteriormente, da construção da formação integral/omnilateral por meio do currículo para oferecer ao aluno a visão crítica e proativa no trabalho, este Itego se alinhou a esse intento através de suas filosofias, com base nas leis da educação nacional, além da necessidade de se trabalhar o vínculo da teoria e da prática de forma dinâmica. Segundo Kuenzer

(2004), é importante que haja, desde o início da formação, relação entre prática e teoria. No caso da educação profissional e tecnológica, é de extrema necessidade essa relação para a autonomia do indivíduo e sua formação técnica, para que haja plena capacidade do aluno, futuro trabalhador. Deste modo, o autor prossegue indicando a intenção de haver conexão entre o conhecimento prático e científico do aluno, dizendo que:

[...] precisará ter não só um amplo domínio sobre as diferentes formas de linguagem, mas também sólida formação teórica para exercer a diferenciação crítica sobre seus usos e finalidades não explicitadas; do ponto de vista educativo, será necessário ampliar e aprofundar o processo de aquisição do conhecimento para evitar o risco da banalização da realidade com todos os seus matizes de injustiça social através da confusão entre o real e o virtual, com sérias implicações éticas (KUENZER, 2004, p. 4).

Almejam-se situações que levam o aluno a aprender a pensar, a aprender a aprender, aprender a ser e a conviver, para mobilizar e articular com pertinência conhecimentos, habilidades, atitudes e valores em níveis crescentes de complexidade.

Dessa maneira, a organização dos conteúdos privilegia o estudo contextualizado, ao agregar competências profissionais com as novas tecnologias, orientando o estudante, ao adquirir autonomia, para enfrentar diferentes situações com criatividade e flexibilidade. Tendo em vista que, atualmente, há um quadro de crise do emprego formal, mudanças das ocupações e do conteúdo ocupacional, quando desaparecem algumas profissões e surgem outras, passa-se a exigir mais mobilidade, navegabilidade profissional, versatilidade e laboralidade do trabalhador. Há, portanto, tendências à formação geral e foco no trabalho em equipes polivalentes, com funções múltiplas e desempenho de variados papéis dentro do processo produtivo.

Os fundamentos pedagógicos balizadores adotados pelo Itego e relativos às estratégias de construção de competências e habilidades para os alunos são:

- ✓ integração entre conhecimento geral e conhecimento específico como princípio norteador da construção dos diversos itinerários formativos presentes na instituição;
- ✓ formação técnica e tecnológica e criação de tecnologia como construtos histórico-sociais, culturais e econômicos;
- ✓ integração entre teoria e prática;
- ✓ formação básica sólida, capacitando o aluno-trabalhador, jovem e adulto, de maneira autônoma na sua relação com as demandas de conhecimentos oriundos do mundo do trabalho.

Assim, a equipe do Itego pauta o desenvolvimento do seu trabalho através de encontros coletivos e discussões ampliadas, levando em consideração a realidade que circunda a instituição, sua comunidade escolar. Certamente, a realidade social afeta diretamente todos os seus segmentos e deve contribuir para orientar todo o fazer escolar, transformando-a em objeto de planejamento, currículo adequado às demandas do mundo do trabalho, potencial de aprendizagem e sucesso de todo o processo educacional.

Também enquanto instituição de educação profissional comprometida com o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do seu entorno, está capacitada a fazer continuamente uma “leitura” correta do ambiente externo para alimentar seus processos educacionais e produtivos, assim como para dar resposta adequada e em tempo aos anseios, às expectativas e demandas da comunidade na qual está inserida.

Por fim, para que se realize satisfatoriamente este intento constitucional, a formação deverá ser adequada, e compromissada com o desenvolvimento completo do indivíduo, tendo em vista, que uma formação deficitária irá além de frustrar o próprio indivíduo, a sociedade como um todo sofrerá as consequências, com o rompimento do tecido social.

Em relação à Lei de Diretrizes e Bases (LDB), vemos que fala acerca da educação profissional técnica de nível médio no artigo 36, incluído pela Lei 11.741/2008. Vemos as relações entre as filosofias e diretrizes do Itego, dentre outros, nos seguintes pontos em que diz:

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

[...]

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; [...]
(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subsequente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Dessa forma, encontramos respaldo na relação entre a escola e o trabalho, que forma o indivíduo e que dá oportunidade a eles. Nesse sentido, a filosofia do Itego que busca esse intento, é de salutar importância e um mecanismo forte na

sociedade.

Por fim, em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e as filosofias e orientações do Itego, encontramos concordância por buscar itinerários formativos diversos e atualizados para que dê maiores possibilidades ao aluno que aqui ingressar, e ao ser egresso, ter maior possibilidade de empregabilidade, orientando assim, uma trajetória educacional consistente.

Além disso, o Itego se baseia nas dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura, sendo dessa forma, tendo o devido apoio nas DCNs para tal intento, propiciando dessa forma, além da qualificação profissional, o aumento do nível de escolaridade – com qualidade técnica e humanista – para os alunos.

Por fim, deixamos claro a comunhão entre os princípios norteadores da educação profissional técnica para nível médio, como versa o art. 6, da Resolução nº 6, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, e que se dispõe da seguinte forma:

Capítulo II Princípios Norteadores

Art. 6º São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

- I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;
- II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;
- III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;
- IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;
- V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;
- VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
- VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;
- VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;
- IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;

- X - reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade;
- XI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;
- XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;
- XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;
- XIV - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;
- XV - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;
- XVI - fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;
- XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Então, estes princípios são congruentes com as filosofias e diretrizes norteadoras deste ITEGO, que buscam o completo desenvolvimento aos nossos alunos, e por consequência, indivíduos capacitados e aptos à execução de seu perfil profissional de conclusão, com pleno conhecimento, habilidade e atitude em seu local de trabalho.

Em vista aos argumentos apresentados anteriormente, da construção da formação integral/omnilateral por meio do currículo para oferecer ao aluno a visão crítica e proativa no trabalho, este Itego se alinhou a este intento através de suas filosofias com base nas leis da educação nacional e, além do que, a necessidade de se trabalhar o vínculo da teoria e da prática de forma dinâmica. Segundo Kuenzer (2004), é importante que haja, desde o início da formação, a relação entre prática e teoria. No caso da educação profissional e tecnológica é de extrema necessidade essa relação, para a autonomia do indivíduo e sua formação técnica, para que haja a plena capacidade ao aluno, futuro trabalhador. Nesse sentido, o autor prossegue indicando a intenção de se ter a conexão entre o conhecimento prática e o científico ao aluno, no que diz que:

(...) precisará ter não só um amplo domínio sobre as diferentes formas de linguagem mas também sólida formação teórica para

exercer a diferenciação crítica sobre seus usos e finalidades não explicitadas; do ponto de vista educativo, será necessário ampliar e aprofundar o processo de aquisição do conhecimento para evitar o risco da banalização da realidade com todos os seus matizes de injustiça social através da confusão entre o real e o virtual, com sérias implicações éticas (KUENZER, 2004).

Almejam-se situações que levem o aluno a aprender a pensar, a aprender a aprender, aprender a ser e a conviver, para mobilizar e articular com pertinência conhecimentos, habilidades, atitudes e valores em níveis crescentes de complexidade.

Nesse sentido, a organização dos conteúdos privilegia o estudo contextualizado, ao agregar competências profissionais com as novas tecnologias, orientando o estudante, ao adquirir autonomia, para enfrentar diferentes situações com criatividade e flexibilidade. Tendo em vista que, atualmente, vemos um quadro de crise do emprego formal, mudanças das ocupações e do conteúdo ocupacional - desaparecendo algumas profissões e surgindo outras, passando a exigir maior mobilidade - navegabilidade profissional, mais versatilidade - laboralidade do trabalhador, com tendências à formação geral e foco no trabalho em equipes polivalentes, com funções múltiplas e desempenho de variados papéis dentro do processo produtivo.

Dessa forma os fundamentos pedagógicos balizadores adotados pelo Itego e relativos às estratégias de construção de competências e habilidades para os nossos alunos, são:

- ✓ a integração entre conhecimento geral e conhecimento específico como princípio norteador da construção dos diversos itinerários formativos presentes na Instituição;
- ✓ a formação técnica e tecnológica e a criação de tecnologia como constructos histórico-sociais, culturais e econômicos;
- ✓ a integração entre teoria e prática;
- ✓ a formação básica sólida, capacitando o aluno-trabalhador, jovem e adulto, de maneira autônoma na sua relação com as demandas de conhecimentos oriundos do mundo do trabalho.

Assim, a equipe do Itego pauta o desenvolvimento do seu trabalho através de encontros coletivos e discussões ampliadas, levando em consideração a realidade que circunda a Instituição, sua comunidade escolar, pois, certamente, a realidade social afeta diretamente todos seus segmentos e deve contribuir para orientar todo o fazer escolar, transformando-a em objeto de planejamento, currículo adequado às demandas do mundo do trabalho, potencial de aprendizagem e sucesso de todo o processo educacional.

Também, enquanto instituição de educação profissional comprometida com o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do seu entorno está capacitada a fazer continuamente uma “leitura” correta do ambiente externo para alimentar seus processos educacionais e produtivos, assim como para dar resposta adequada e em tempo aos anseios, expectativas e demandas da comunidade a qual está inserida.

2.1 OBJETIVOS DO CURSO

2.1.1 Objetivo geral

O curso Técnico em Segurança do Trabalho tem como objetivo geral formar profissionais para atuar em ações preventivas para eliminar e/ou diminuir riscos de acidentes laborais e de saúde nos processos produtivos, com auxílio de métodos de identificação; avaliar e adotar medidas de controle de riscos ambientais, de acordo com normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho, recomendando medidas de prevenção e controle, de modo a contribuir para o crescimento da sociedade com respeito ao ambiente laboral, promovendo a saúde, proteção e a integridade do trabalhador em consonância com as normas de segurança e saúde do trabalho.

2.2.2 Objetivos específicos

Formar profissionais capazes de:

- ✓ viabilizar a formação técnica-profissional com conhecimentos em planejamento, gestão e segurança laboral, contribuindo para o desenvolvimento da região;
- ✓ formar profissional técnico multidisciplinar, dinâmico, participativo e crítico, capacitado a aliar o conhecimento técnico com a realidade profissional;
- ✓ constituir profissional capacitado para eliminar e/ou minimizar os riscos e agravos aos quais a saúde dos trabalhadores está exposta, evitando acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- ✓ habilitar profissionais aptos a realizar análises de acidentes, aperfeiçoando as medidas de prevenção de riscos;
- ✓ adotar medidas capazes de determinar a melhoria das condições de trabalho, da produtividade e da qualidade de vida dos trabalhadores;
- ✓ empregar os princípios de ergonomia na realização do trabalho;

- ✓ aplicar as normas técnicas de Saúde e Segurança do Trabalho e de controle de qualidade no processo industrial;
- ✓ analisar e aplicar técnicas de primeiros socorros e métodos de Higiene e Segurança do Trabalho;
- ✓ viabilizar a promoção da saúde e proteção da integridade do trabalhador, por meio de medidas técnico-prevencionistas;
- ✓ avaliar, estabelecer critérios e orientar na escolha e uso de Equipamentos de Proteção Coletiva e Individual;
- ✓ interpretar e aplicar normas do exercício profissional e princípios éticos que regem a conduta do Técnico em Segurança do Trabalho;
- ✓ desenvolver habilidades comportamentais, técnicas e organizacionais, objetivando a formação de um profissional competente, com visão de futuro e responsabilidade social;
- ✓ desenvolver ações educativas na área de Saúde e Segurança do Trabalho.

3. REQUISITOS DE ACESSO

As matrículas são destinadas a jovens e adultos que buscam uma profissionalização de nível técnico, na modalidade presencial. O candidato deverá ter concluído ou estar cursando o Ensino Médio. O nível de escolaridade e a idade constituirão os indicadores para definir o perfil de acesso do candidato ao curso proposto.

No ato da matrícula inicial, o candidato deverá apresentar à Secretaria Acadêmica do Itego todos os documentos indicados no Edital de Processo Seletivo de Alunos.

Constituem requisitos de acesso:

- a. Idade mínima de 16 anos completos no ato da matrícula;
- b. Declaração da unidade escolar de que está regularmente matriculado e frequentando a da segunda série do Ensino Médio, por qualquer via de ensino ou comprovante de conclusão do Ensino Médio;
- c. Fotocópia da carteira de identidade, CPF e comprovante de endereço; todos os documentos devem ser apresentados acompanhados dos originais.

Quando o curso for ofertado por meio de programas especiais ou em parcerias, os requisitos para acesso atenderão ao especificado nos respectivos Editais de Processos Seletivos de Alunos publicados pelo órgão demandante.

Os candidatos aprovados e classificados no referido processo de seleção serão chamados à matrícula até o limite das vagas existentes, atendida a ordem de classificação no exame de seleção, conforme edital.

4. INDICATIVO DE VAGAS E TURMAS

O Itego prevê até seis entradas, de até 25 alunos por etapa, ao longo de três anos, sendo inicialmente previstas ofertas para o turno noturno e, caso haja demandas, nos demais turnos.

CRONOGRAMA DE OFERTA DO CURSO								
Histórico	ANO I		ANO II		ANO III		ANO IV	
Oferta 1	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa		
Oferta 2	-	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	
Oferta 3	-	-	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa
Novas vagas/Etapas	25	25	25	25	25	25	-	-
Total de vagas	150 vagas							

5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O profissional concluinte do Curso Técnico em Segurança do Trabalho deve apresentar um perfil que o habilite a desempenhar atividades voltadas para gestão, análise e avaliação do ambiente de trabalho, das instalações e dos processos laborais, visando à prevenção de incidentes, acidentes e doenças ocupacionais.

Esse profissional deverá estar apto a conhecer os fundamentos de prevenção à saúde; reconhecer e avaliar os riscos profissionais a que estão expostos os trabalhadores e as formas de prevenção de acidentes de trabalho, aplicando os princípios de ergonomia e normas de biossegurança na realização do trabalho; analisar, orientar o uso e estabelecer critérios para escolha de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs); conhecer e interpretar a legislação e normas técnicas de Segurança do Trabalho; desenvolver procedimentos técnicos voltados para a elevação do nível de qualidade de vida do trabalhador; analisar e aplicar princípios e normas de higiene e saúde pessoal e ambiental; elaborar e colocar em prática planos, instrumentos de avaliação, programas de segurança, normas e regulamentos internos voltados para a segurança e qualidade de vida

no trabalho.

O profissional formado no curso Técnico em Segurança do Trabalho será habilitado para participar e implantar a política de Segurança e Saúde do Trabalhador, podendo, ainda, desempenhar ações educativas e programas na área de saúde e segurança do trabalhador.

6. PROPOSTA PEDAGÓGICA

Esta Proposta Pedagógica contempla a oferta de curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Técnico em Segurança do Trabalho, na modalidade presencial, elaborada em conformidade com: as Diretrizes Curriculares Nacionais; as normativas do Conselho Estadual de Educação para a Educação Profissional e Tecnológica, segundo os respectivos Eixos Tecnológicos; os Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e o previsto na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), bem como as especificidades do setor produtivo em atendimento às demandas da própria REDE ITEGO e às demais esferas governamentais.

O currículo, concebido a partir do **Perfil Profissional de Conclusão** previsto para o curso, observando as demandas sociais e o setor produtivo, está organizado por etapas, com a possibilidade de saídas intermediárias de qualificações profissionais, compondo itinerários formativos. Poderá, ainda, contemplar etapa suplementar, destinada à especialização, devendo esta conter carga horária mínima de 25% do mínimo exigido para o curso ao qual está vinculada.

A concepção pedagógica norteadora do curso ora apresentada tem como foco privilegiado o desenvolvimento pleno do aluno, tomando-se por referência sua bagagem vivencial, no intuito de promover uma coerente relação entre teoria e prática. Neste sentido, é incentivada e valorizada a interferência do aluno no contexto instrucional, situando-o no centro do processo educativo como agente dinâmico de sua própria aprendizagem.

Na definição das ações educacionais, são utilizadas as ideias de Paulo Freire quando ele diz que ensinar exige métodos sistemáticos, pesquisa, respeito aos saberes do educando, criticidade, inclusive sobre a prática, a estética e a ética, aceitando o novo e rejeitando qualquer forma de discriminação, reconhecendo e assumindo uma identidade cultural.

A organização curricular foi estruturada para contemplar as competências profissionais do eixo de segurança, voltado à inovação do mercado, com foco no perfil profissional de conclusão. Assim, preveem-se situações que levem o aluno a aprender a pensar, a aprender a aprender, aprender a ser e a conviver, para mobilizar e articular com pertinência conhecimentos, habilidades, atitudes e valores em níveis crescentes de complexidade, com a previsão de uma saída intermediária.

A organização dos conteúdos, portanto, privilegia o estudo contextualizado, agregando competências profissionais com as novas tecnologias, orientando o aluno a adquirir autonomia para enfrentar diferentes situações com criatividade e flexibilidade.

6.1 MATRIZ CURRICULAR

A **matriz curricular** estruturada neste plano de curso procura garantir, na organização das **Etapas**, a coerência com os perfis profissionais de conclusão do curso e das respectivas Etapas, ainda estreita correlação entre as competências: conhecimentos, habilidades e atitudes, descritas (bases científicas, tecnológicas e instrumentais), bem como com as estratégias pedagógicas a serem utilizadas pelos professores.

As **Etapas** são desdobradas em **Componentes Curriculares** intrinsecamente coerentes entre si e com as demais etapas do curso, sendo caracterizados como unidades em que se estabelecem de forma clara e objetiva, as relações e as correlações entre os conhecimentos de bases tecnológicas, científicas e instrumentais e as capacidades de colocá-los em prática (habilidades) em um determinado contexto profissional.

O currículo do curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho, com 1300 horas, está estruturado em 03 (três) etapas organizadas da seguinte forma:

Etapa I – sem terminalidade ocupacional: com 390 horas para aulas teóricas.

Etapa II – com terminalidade ocupacional: **Agente de Observação de Segurança**, conforme **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)**, com 480 horas para aulas teóricas.

Etapa III – com terminalidade ocupacional: **Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio em Segurança do Trabalho, CBO 3516-05**, com 330 horas para aulas teóricas e 240 horas para estágio obrigatório.

MATRIZ CURRICULAR - SEGURANÇA DO TRABALHO		
Componentes Curriculares		Carga Horária
Etapa I	Responsabilidade Social	30
	Ética e Relações Interpessoais	30
	Empreendedorismo	30
	Psicologia do Trabalho	30
	Direitos do Trabalhador	60
	Prevenção e Segurança do Trabalho	60
	Segurança, Meio Ambiente e Saúde no Trabalho	30
	Gestão Ambiental	30
	Higiene Ocupacional	30
	Primeiros Socorros	30
	Qualidade de Vida e Trabalho	30
	SOMA Cargas Horárias - Etapa I	
Qualificação Profissional: -		
Componentes Curriculares		Carga Horária

Etapa II	Informática Básica	30
	Estatística Básica	30
	Biossegurança	30
	Ergonomia	60
	Análise de Riscos	60
	Medicina Ocupacional	60
	Desenho Técnico	60
	Princípios de Tecnologia Industrial	60
	Gestão de Segurança do Trabalho	60
	Metodologia Científica	30
SOMA Cargas Horárias - Etapa II		480 horas
Qualificação Profissional: Agente de Observação de Segurança		
Componentes Curriculares		Carga Horária
Etapa III	EPI e EPC	30
	Controle de Processos	30
	Prevenção e Combate a sinistros	30
	Prevenção e Controle de Perdas	30
	Gerenciamento de Emergências	30
	Normas de Segurança do Trabalho	30
	Políticas Públicas Ambientais e de Saúde	30
	Toxicologia	30
	Procedimentos e Práticas de Segurança do Trabalho	60
	Subtotal	300
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30
SOMA Cargas Horárias - Etapa III		330
Estágio Supervisionado		240
Habilitação Técnica: Técnico em Segurança do Trabalho - CBO 3516-05		
Total de Carga Horária do Curso Técnico em Segurança do Trabalho		1440

6.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O currículo do curso está organizado para possibilitar aos alunos a construção das competências: **Conhecimentos, Habilidades e Atitudes (CHA)**, caracterizadas no **Perfil Profissional de Conclusão**, ensejando o desenvolvimento da capacidade de mobilização e articulação do saber-aprender (conhecimento), saber-fazer (habilidades), saber ser e saber conviver (atitudes), constituindo-se como meio para orientação à prática pedagógica.

A **correlação** prevista sobre os **Componentes Curriculares**, deverá existir, também, em nas **referências (Bibliografia Básica e Complementar)**, fontes sobre as quais se assentam as bases tecnológicas, científicas e instrumentais.

ETAPA I

RESPONSABILIDADE SOCIAL		
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)		
EMENTA		
Análise dos conceitos de Responsabilidade Social, por meio da contextualização, para aplicar na vida pessoal e disseminar através de ações no mundo corporativo. Estudo analítico da ABNT NBR 16001 e propostas de ações a serem implementadas em uma organização.		
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Perceber sua responsabilidade pessoal no desenvolvimento de ações solidárias em relação seu semelhante e ações sustentáveis em relação à tríade: meio ambiente, economia e social.	<p>Conhecer as normas reguladoras das ações de responsabilidade social, levando-se em conta os marcos históricos geradores e a emergente necessidade da responsabilidade social;</p> <p>preparar ações nos processos educativos fomentadores da sustentabilidade;</p> <p>entender que a responsabilidade social é uma construção, histórica na qual todos os agentes sociais possuem parcela de contribuição em seu desenvolvimento e implantação.</p>	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Histórico da responsabilidade social no mundo contemporâneo e no Brasil; principais normas e certificações: ABNT NBR ISO 26000:2010 – diretrizes da responsabilidade social; ABNT NBR 16001:2012 – responsabilidade social – sistema de gestão - requisitos; responsabilidade social e inovação (conceitos e finalidades).	<p>Conceituar responsabilidade social; relacionar os marcos históricos geradores da Responsabilidade Social e o atual contexto empresarial no Brasil;</p> <p>apontar os desafios pertinentes à relação entre a responsabilidade social e a inovação;</p> <p>propor ações comprometidas com a sustentabilidade;</p> <p>aplicar os princípios da responsabilidade social no mundo corporativo.</p>	<p>respeitar o meio ambiente;</p> <p>cuidar da seleção dos materiais recicláveis produzidos no espaço de trabalho;</p> <p>ser solidário com os colegas de trabalho;</p> <p>empreender.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ASHLEY, P. A. (Coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>PASSOS, E. PASSOS, Elizete. Ética nas Organizações: 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>PONCHIROLI, O. Ética e responsabilidade social empresarial. Curitiba: Juruá, 2007.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. (Org). Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 26000: diretrizes sobre responsabilidade social. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16001:2012: responsabilidade social: sistema de gestão: requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.</p>		

ÉTICA E RELAÇÕES INTERPESSOAIS		
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)		
EMENTA		
Investigação dos fundamentos ontológico-sociais da ética. Comparação e análise dos elementos teórico-filosóficos das questões éticas da atualidade. Estudo do processo de construção de um <i>ethos</i> profissional, o significado de seus valores e as implicações éticas no trabalho.		
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Ser capaz de entender o conceito de ética e aplicar seus princípios nos relacionamentos interpessoais em seu ambiente de trabalho.	Compreender a importância do estudo da história do pensamento ético; aplicar seus valores em situações diversificadas; relacionar o estudo teórico desta ciência com sua relevância à análise crítica do <i>ethos</i> profissional; transmitir um clima de confiança e cooperação no ambiente profissional.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Os fundamentos ontológicos e sociais da ética; os elementos teórico-filosóficos das questões éticas da atualidade; o processo de construção de um <i>ethos</i> profissional; as implicações práticas da ética no trabalho.	Utilizar as teorias pertinentes à ética profissional; listar ações éticas favoráveis ao bom convívio social no campo de trabalho; argumentar a favor da importância da ética no campo de trabalho; empregar os princípios éticos do campo de trabalho; aplicar a legislação e os códigos de ética profissional nas relações pessoais, profissionais e comerciais; adotar as regras, os regulamentos e procedimentos organizacionais; promover a imagem da organização.	Respeitar os colegas de trabalho; manter sigilo diante da obtenção de informações administrativas; ser proativo na busca de resolução de problemas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. Filosofando : introdução à Filosofia. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2009. SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
AGUILAR, F. A ética nas empresas . Rio de Janeiro: Zahar, 1994. KUNG, H. Projeto de ética mundial . São Paulo: Paulinas, 1993. SILVA, N. P. Ética, indisciplina & violência nas escolas . Petrópolis: Vozes, 2004.		

EMPREENDEDORISMO		
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)		
EMENTA		
<p>Conhecendo a carreira empreendedora. O perfil empreendedor. Empreendedorismo de alto impacto. <i>Business Model Generation</i> (Canvas). Processo <i>Learn Startup</i> (Descoberta de clientes e validação de clientes). Desenvolvimento de protótipo mínimo viável. Escalabilidade e venda do produto/serviço. Como criar negócios de alto crescimento. Modelos para escalar seu negócio. Quatro formas para inovar no seu negócio: processo, produto/serviço, posicionamento e modelo de negócio. Preparação para reuniões. <i>Pitch</i> de vendas. Diferentes <i>pitches</i> para diferentes públicos e apresentações. Plano de negócios.</p>		
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
<p>Estar apto a compreender os conceitos introdutórios sobre o empreendedorismo e sua importância, o perfil e as características do empreendedor e como se desenvolve todo o processo de empreender nos dias atuais.</p>	<p>Conhecer as características inerentes à carreira empreendedora e ao perfil de um empreendedor; saber operar com as técnicas empreendedoras contemporâneas; promover o desenvolvimento de produtos e serviços que propiciem o crescimento em ordem escalar para a organização, privilegiando a inovação através do posicionamento e do modelo de negócios.</p>	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
<p>Noções sobre a importância do Empreendedorismo e também sobre o perfil, as características e o processo empreendedor; interpretação das oportunidades através da utilização de ferramentas para a descoberta e validação de clientes; compreensão sobre o desenvolvimento de protótipos viáveis para possibilitar a criação de negócios de alto impacto e crescimento; distinção entre as formas de inovação nos negócios; entendimento sobre os diferentes <i>pitches</i> de vendas e sobre os conceitos de plano de negócio.</p>	<p>Aplicar os conceitos sobre o Empreendedorismo, sobre o perfil, as características e o processo empreendedor; interpretar as oportunidades através da utilização de ferramentas para a descoberta e validação de clientes; compreender o desenvolvimento de protótipos viáveis para possibilitar a criação de negócios de alto impacto e crescimento; distinguir entre as formas de inovação nos negócios; entender os diferentes <i>pitches</i> de vendas e sobre os conceitos de plano de negócio.</p>	<p>Dedicar-se aos estudos acerca do Empreendedorismo; ter ética; ser presente, assíduo e pontual naquilo que lhe for proposto no decorrer do curso.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. São Paulo: Manole, 2012. DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ARAÚJO FILHO, Geraldo Ferreira de. Empreendedorismo criativo. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007. BERNARDES, Cyro. Você pode criar empresas. São Paulo: Saraiva, 2009. INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR. Bota pra fazer – de empreendedor para empreendedor. Crie seu negócio de alto impacto. Metodologia Kauffman – FastTrac. Rio de Janeiro: endeavor, 2010. MARCONDES, Luciana Passos. Empreendedorismo estratégico: criação e gestão de pequenas empresas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.</p>		

PSICOLOGIA DO TRABALHO		
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)		
EMENTA		
<p>Histórico e conceito de psicologia. Psicologia do trabalho. Comportamento e processo perceptivo. Estrutura organizacional. Cultura organizacional. Competências organizacionais. Comunicação organizacional. Desenvolvimento de pessoas. Doenças psicossomáticas.</p>		
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
<p>Ser capaz de entender os conceitos de relações humanas no trabalho: o trabalhador e o processo de humanização, saúde e motivação.</p>	<p>Conhecer os fundamentos, o histórico e a abordagem biopsicossocial e o mundo do trabalho; compreender a relação entre as respostas psicossomáticas e a organização laboral; relacionar a importância da psicologia para o ambiente organizacional.</p>	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
<p>Fundamentos históricos da psicologia; psicologia no contexto organizacional; teorias psicológicas e aprendizagem organizacional; estrutura e cultura organizacional; competências organizacionais; comunicação organizacional; desenvolvimento de pessoas; psicossomática.</p>	<p>Aplicar os conceitos e fundamentos da psicologia que atingem a atividade ocupacional; conhecer as relações entre os conceitos e a importância da psicologia no comportamento humano; apontar riscos e identificar ritmos de adaptação do homem ao trabalho; analisar as técnicas comportamentais; realizar ações favoráveis à responsabilidade social no ambiente organizacional; desenvolver a comunicação eficaz, aprendendo a conviver com as diferenças; compreender a influência do aspecto psicológico para a saúde do trabalhador; analisar a importância da inteligência emocional no campo de trabalho.</p>	<p>Desenvolver a sensibilidade para compreender sobre a responsabilidade social na qual o profissional técnico em Segurança do Trabalho estará investido; respeitar os princípios éticos relacionados à Segurança no Trabalho; ser proativo; ter responsabilidade; ser eficiente; demonstrar humanidade; apresentar comunicação eficaz; ter inteligência emocional; saber motivar.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>MOTA, Miriam Cristina Zaidan. Psicologia aplicada em Segurança do Trabalho. 6. ed. São Paulo: Editora LTr, 2017. ISBN 9788536191959.</p> <p>ROTHMANN, Ian. COOPER, Cary L. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. ISBN 9788535286397.</p> <p>ZANELLI, José Carlos; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. ISBN 9788582710845.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>BORGES, Livia de Oliveira; MOURAO, Luciana. O Trabalho e as Organizações: atuação a partir da Psicologia. 1. ed. São Paulo: Artmed, 2013. ISBN 9788565852708.</p>		

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. **Psicologia e Trabalho**: apropriações e significados. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Psicologia do Trabalho**: psicossomática, valores e práticas organizacionais. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DIREITOS DO TRABALHADOR		
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (60h)		
EMENTA		
Noções básicas de Direito. História e Direito do Trabalho. Contrato e sujeitos do contrato de trabalho. Obrigações pecuniárias. Obrigações quanto às condições de trabalho. Noções de infortunistica e segurança do trabalho.		
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Ser capaz de compreender a relação de emprego e as obrigações decorrentes, assim como ter noções básicas da legislação do trabalho e sua aplicação prática.	Interpretar as leis do trabalho e refletir sobre os direitos fundamentais do trabalhador, transformando os conhecimentos apreendidos em resultados práticos na análise, avaliação e resolução de problemas na esfera laboral e para o exercício da cidadania.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Contrato de trabalho; sujeitos do contrato de trabalho; obrigações pecuniárias; obrigações quanto às condições de trabalho: jornada de trabalho, hora extra, hora noturna e períodos de descanso; alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho; aviso prévio e cessação do contrato de trabalho; noções de infortunistica e Segurança do Trabalho.	Compreender o conceito, as finalidades e a importância do Direito do Trabalho; reconhecer a aplicação prática a legislação trabalhista; analisar o direito material do trabalho; interpretar as normas afetas aos direitos do trabalhador; caracterizar o contrato de trabalho; elencar as obrigações laborais; avaliar as noções de infortunistica e relacioná-las à Segurança do Trabalho.	Responsabilizar-se tecnicamente pelas ações profissionais; ser solidário; demonstrar visão crítica e humanista; ser comprometido; apresentar maturidade; ter postura ético-profissional.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho : de acordo com a Reforma Trabalhista Lei 13.467/2017. 14. ed. São Paulo: Método, 2017. ISBN 9788530977160.		
DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho . 17. ed. São Paulo: LTR, 2018. ISBN 9788536195568.		
SILVA, Homero Batista Mateus da. Curso de Direito do Trabalho Aplicado : Saúde e Segurança do Trabalho. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. ISBN 9788520368084. v. 3.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

CECÍLIA, Silvana Louzada Lamattina. **Responsabilidade do Empregador por Danos à saúde do trabalhador**. 1. ed. São Paulo: LTr, 2008. ISBN 9788536111933.
SALIBA, Tuffi Messias. PAGANO, Sofia C. Reis Saliba. **Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalhador**. 12. ed. São Paulo: LTr, 2017. ISBN 9788536191249.

PREVENÇÃO E SEGURANÇA DO TRABALHO		
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (60h)		
EMENTA		
<p>Normatização do trabalho. Conceitos básicos na Segurança do Trabalho. Proteção à saúde do trabalhador no Brasil. Proteção ao trabalho da mulher. Trabalho do menor. Acidente de trabalho. Custos e custeio dos acidentes de trabalho. Prevenção de acidentes.</p>		
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
<p>Estar apto para promover atividades de conscientização, educação e orientação dos trabalhadores para a prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais por meio de campanha e programas permanentes.</p>	<p>Conhecer as medidas e instrumentos de proteção e segurança dos trabalhadores, reconhecendo as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção e segurança dos trabalhadores; esclarecer e conscientizar os empregados sobre acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, estimulando-os em favor da prevenção de acidentes e doenças do trabalho.</p>	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
<p>Noções sobre a normatização do trabalho; conceitos básicos na segurança do trabalho; proteção à saúde do trabalhador no Brasil; proteção do trabalhador na previdência social; fundamentos da proteção ao trabalho da mulher; fundamentos da proteção ao trabalho do menor; acidente de trabalho; custos de acidentes do trabalho; custeio dos acidentes de trabalho; teoria da prevenção de acidentes.</p>	<p>Identificar as normas de segurança do trabalho; apreciar a conceituação da segurança do trabalho; conhecer os instrumentos legais de proteção ao trabalhador; analisar os riscos do processo de trabalho; avaliar os custos dos acidentes de trabalho; relacionar o custeio dos acidentes de trabalho; aplicar a teoria de prevenção de acidentes.</p>	<p>Ser solidário; respeitar o meio ambiente e o próximo; ter responsabilidade tecnicamente pelas ações profissionais; apresentar comportamento voltado para o bem-estar comum; ter honestidade; ter comprometimento; ser proativo; dispor de dinamismo.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. ISBN 9788597008135. DRAY, Guilherme Machado. O princípio da proteção do trabalhador. 1. ed. São Paulo: LTr, 2015. VIANNA, Claudia Salles Vilela. Acidente do Trabalho: abordagem completa e atualizada. 2. ed. São Paulo: LTr, 2017. ISBN 9788536192468.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

CARDELLA, Benedito. **Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes**. 1. ed. São Paulo: Atlas. ISBN 8522422559.

NEGRINI, Daniela Aparecida Flausino. **Acidente do Trabalho e suas consequências sociais**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2016. ISBN 9788536189871.

SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE NO TRABALHO		
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)		
EMENTA		
<p>Histórico da segurança e saúde do trabalho. Legislação de Segurança do Trabalho. Riscos ocupacionais. Medidas preventivas contra acidentes. Noções básicas contra incêndio. Conceito de meio ambiente. Conceito de poluição e principais tipos de poluição. Legislação voltada para preservação do meio ambiente. Responsabilidade ambiental dos indivíduos e das empresas. Histórico das doenças ocupacionais. Conceito de doenças ocupacionais e fatores que levam ao adoecimento no trabalho. Conceito de saúde ocupacional e qualidade de vida no trabalho.</p>		
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
<p>Ser capaz de reconhecer conhecimentos preventivistas mínimos necessários para que a sua prática profissional seja realizada de maneira segura e saudável nos ambientes de trabalho.</p>	<p>Compreender a relevância incidente na adoção de estratégias que levem os trabalhadores a desenvolver atitudes conscientes para o trabalho seguro durante a realização de suas atribuições; implantar preceitos e valores de segurança, no esforço de integrá-los à qualidade do trabalho e do meio ambiente.</p>	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
<p>Segurança do trabalho; legislação de segurança do trabalho; riscos ocupacionais; medidas preventivas; meio ambiente e responsabilidade ambiental; doenças ocupacionais; saúde e qualidade de vida no trabalho.</p>	<p>Interpretar a evolução histórica da segurança nos ambientes de trabalho; analisar aspectos e conceitos básicos relacionados à legislação brasileira quanto à Segurança do Trabalho; avaliar os riscos ocupacionais; enumerar medidas preventivas de doenças ocupacionais; caracterizar as medidas de proteção utilizadas para proteger os trabalhadores; relacionar as principais formas de exposição à agentes presentes no ambiente de trabalho e o adoecimento dos trabalhadores; considerar o conceito de saúde ocupacional e qualidade de vida no trabalho.</p>	<p>Ser proativo; ter criatividade; respeitar ao meio ambiente e ao próximo; responsabilizar-se tecnicamente pelas ações profissionais; apresentar comportamento voltado para o bem-estar comum; ser solidário; ter dinamismo.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

AMORIM JÚNIOR, Cléber Nilson. **Segurança e Saúde no Trabalho: princípios norteadores**. 2. ed. São Paulo: LTR, 2017. ISBN 9788536191874.

BARBOSA FILHO, Antônio Nunes. **Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788522458547.

NUNES, Flávio de Oliveira. **Segurança e Saúde no Trabalho: esquematizada**. 3. ed. São Paulo: Método, 2016. ISBN 9788530969783.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e Saúde no Trabalho: NRs 1 a 36 Comentadas e Descomplicadas**. 4. ed. São Paulo: Método, 2017. ISBN 9788530976347.

MORAES, Mônica Maria Lauzid de. **O Direito à Saúde e Segurança no Meio Ambiente do Trabalho**. São Paulo, LTR, 2002. ISBN 8536101857.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. **Tratado de Segurança e Saúde Ocupacional: aspectos técnicos e jurídicos**. 2. ed. São Paulo: LTR, 2015.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA**. 7. ed. São Paulo: LTR, 2015.

GESTÃO AMBIENTAL		
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)		
EMENTA		
Introdução e evolução das preocupações ambientais. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa. Contabilidade ambiental. Custos ambientais. Análise de investimentos ambientais. Ecoeficiência. Inovação sustentável. Gestão em ciclo fechado – ecologia industrial.		
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Tornar o aluno consciente aos conceitos e políticas desenvolvidas para a Gestão Ambiental.	Aplicar os principais conceitos e metodologias utilizadas na Gestão Ambiental, diferenciando e entendendo situações no monitoramento e gestão ambiental; atuar na avaliação da qualidade ambiental, utilizando os instrumentos necessários à Gestão Ambiental, a partir de uma visão crítica sobre o desenvolvimento sustentável empresarial.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Gestão Ambiental; gestão ambiental e responsabilidade social empresarial; contabilidade ambiental; custos ambientais; análise de investimentos ambientais; ecoeficiência; inovação sustentável; gestão em ciclo fechado – ecologia industrial.	Relacionar a gestão ambiental, seus métodos e objetivos com a visão empresarial; distinguir as normas que compõem o sistema de gestão ambiental; analisar a contribuição da responsabilidade social empresarial para a gestão ambiental; aplicar os princípios dos custos ambientais; verificar a importância dos produtos ecoeficientes; demonstrar as características, objetivos e importância da contabilidade ambiental; caracterizar as vantagens da inovação sustentável;	Responsabilizar-se tecnicamente pelas ações profissionais; ser produtivo; ter criatividade; apresentar comportamento voltado para o bem-estar comum; ser colaborativo; apresentar postura crítica e reflexiva; mostrar iniciativa; ter comprometimento.

	avaliar a importância do sistema de gestão em ciclo fechado para a sustentabilidade ambiental e econômica.	
--	--	--

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Rildo Pereira; BARSANO, Paulo Roberto. **Gestão Ambiental**. São Paulo: Érica, 2014. ISBN 9788536506036. (Série Eixos).

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. ISBN 9788547208219.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 9788597010336.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

POLIZELLI, Demerval Luiz. **Meio Ambiente e Gestão do Conhecimento: dos higienistas à sociedade da informação**. São Paulo: Almedina, 2011.

SEIFFERT, Mari Elizabeth Bernardini. **Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN 9788522487158.

SILVA, Márcia Regina Farias da; DIAS, Nildo da Silva. **Gestão Ambiental: caminhos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Livraria da Física, 2013. ISBN 9788578611897 (Coleção Futuro Sustentável).

HIGIENE OCUPACIONAL

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)

EMENTA

Definição de higiene ocupacional. Agentes biológicos. Avaliação e medidas de controle de agentes biológicos. Agentes físicos. Avaliação do calor. Radiação. Pressões anormais. Avaliação de iluminação laboral. Ruído e vibração. Agentes químicos.

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Ser capaz de identificar, no ambiente de trabalho, a ocorrência de agentes químicos, físicos e biológicos, e seus efeitos na saúde dos trabalhadores, propondo medidas de controle dos riscos ambientais.	Dimensionar a exposição dos trabalhadores aos riscos ambientais e interpretar os resultados, adotando estratégias de controle dos mesmos; executar procedimentos que impeçam patologias por agentes biológicos, físicos, químicos ou ambientais.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Histórico e conceitos básicos da higiene do trabalho; conceitos e características dos agentes biológicos; agentes físicos; avaliação, limites de tolerância e medidas de controle do calor; classificação e medidas de controle dos tipos de radiações;	Analisar as definições sobre higiene ocupacional; identificar os tipos de agentes químicos, unidades de medida e classificação, bem como seus efeitos sobre o organismo humano; avaliar os agentes químicos e seus limites de tolerância; classificar os riscos biológicos;	Ter solidariedade; respeitar ao meio ambiente e ao próximo; responsabilizar-se tecnicamente pelas ações profissionais; apresentar comportamento voltado para o bem-estar comum;

trabalho sob condições hiperbáricas; avaliação e medição da iluminação; avaliação do ruído e da vibração e seus efeitos na saúde do trabalhador; conceitos, características, avaliação e medidas de controle dos agentes químicos; programa de prevenção de riscos ambientais.	comparar os limites de tolerância e medidas do controle de temperatura; desenvolver conhecimentos sobre ruído, temperaturas extremas, vibrações e riscos ambientais; realizar programas de prevenção de riscos ambientais laborais.	ser honesto; ter comprometimento; apresentar proatividade.
--	---	--

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BREVIOLIERO, Ezio. **Higiene Ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos**. 9. ed. São Paulo: Senac, 2017.
MIGUEL, Alberto Sérgio S. R. **Manual de Higiene e Segurança do Trabalho**. 13. ed. Porto: Porto, 2014.
SALIBA, Tuffi Messias. **Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA**. 8. ed. São Paulo: LTr, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Legislação de Segurança e Saúde Ocupacional**. Rio de Janeiro: GVC, 2006.
BARBOSA, Rildo Pereira; BARSANO, Paulo Roberto. **Higiene e Segurança do Trabalho**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.
BASTOS, Marcos; ROCHA, Rosemberg. **Higiene Ocupacional ao alcance de todos**. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

PRIMEIROS SOCORROS

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)

EMENTA

Atendimento de emergências. ABC do atendimento de emergência. Sequência do atendimento. Desobstrução de vias aéreas. Sinais de diagnósticos. Traumas. Ferimentos e curativos. Hemorragias. Fraturas. Remoção e transporte de vítimas. Queimaduras. Afogamento. Intoxicação. Envenenamento.

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Ser capaz de prestar primeiros socorros a um acidentado, a um doente ou a uma vítima de mal súbito, utilizando os conhecimentos adquiridos em sala de aula.	Compreender e interpretar situações que ponham a vida em risco; aplicar respiração e circulação artificiais quando necessário; controlar sangramentos; minimizar o risco de outras lesões e complicações; evitar infecções; deixar a vítima o mais confortável possível; providenciar assistência médica e transporte, quando necessário.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Importância e objetivos do atendimento de Primeiros Socorros; procedimentos Gerais: avaliação	Entender dos procedimentos básicos de primeiros socorros para agir em diferentes situações de emergência; analisar as medidas de primeiros	Apresentar proatividade; desenvolver a capacidade de solucionar problemas; ter iniciativa;

<p>do local de acidente e avaliação da vítima; queimaduras; hemorragia, ferimentos e contusões; fraturas, luxações e entorses; convulsões e desmaios; intoxicação; parada respiratória e cardíaca; mobilização e transporte de acidentados.</p>	<p>socorros em caráter individual e coletivo; realizar atendimento de urgência em pacientes com ferimentos, queimaduras, choque elétrico, desmaios, vertigens, intoxicações, envenenamentos, picada de animais peçonhentos, crise convulsiva, estado de choque, corpos estranhos no organismo, afogamento, imobilização de fraturas, luxações e entorses; aplicar técnicas de reanimação cardiorrespiratória e cerebral; controlar hemorragias; identificar os recursos disponíveis e viabilizar o atendimento de emergência eficaz e com urgência necessária; avaliar a vítima e encaminhar a unidade de saúde indicada utilizando transporte adequado; prestar primeiros socorros a vítimas de acidentes ou mal súbito, observando a escala de prioridades preconizada para o atendimento; avaliar e determinar as prioridades de atendimento em situações de emergência e trauma.</p>	<p>preocupar-se com o bem-estar comum; ser solidário; ter prudência.</p>
---	--	--

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- HAFEN, Brent Q. **Primeiros Socorros para estudantes**. 10. ed. São Paulo: Manole, 2014.
- LACOMBE, Gilles; YVON, Brunet; COURCHESHE, Josée; HUOT, Alain. **Os Primeiros Socorros: uma resposta vital em situação de urgência**. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2014.
- SILVA, Ana Karla da; FERNANDES, Almesinda Martins de O. **Tecnologia de Prevenção e Primeiros Socorros ao Trabalhador Acidentado**. 2. ed. Goiânia: AB, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CARDELLA, Benedito. **Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- SOUZA, Lucila Medeiros Minichello de. **Primeiros Socorros: condutas técnicas**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2010.
- VARELLA, Drauzio; JARDIM, Carlos. **Primeiros Socorros: um guia prático**. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

QUALIDADE DE VIDA E TRABALHO

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)

EMENTA

Conceito de qualidade de vida e saúde. Qualidade de vida e saúde no trabalho. Atividade Física e lazer. Atividade física regular e seus benefícios para a saúde. Relação trabalho, atividade física e lazer. Postura física.

Produtividade e qualidade de vida. Ginástica laboral.		
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Conseguir valorizar o corpo e a atividade física como meio de sentir-se bem consigo mesmo e com os outros, sendo capaz de relacionar o tempo livre e o lazer com sua vida cotidiana, especialmente no trabalho.	Reconhecer a importância da relação do movimento humano com a saúde; favorecer a conscientização da importância das práticas corporais como elemento indispensável para a aquisição da qualidade de vida; considerar a nutrição equilibrada, o lazer, a cultura, o trabalho e a afetividade como elementos associados para a conquista de um estilo de vida saudável.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Qualidade de vida, saúde e trabalho; atividade física regular e seus benefícios ao trabalhador; postura laboral; produtividade e qualidade de vida; esporte e lazer; ginástica laboral.	Relacionar os conceitos de qualidade de vida, trabalho e saúde; avaliar a capacidade física e adaptá-la às suas necessidades e as do mundo do trabalho; utilizar o lazer e o esporte como mecanismos de busca por maior qualidade de vida e trabalho; reconhecer os problemas de posturas inadequadas e dos movimentos repetitivos, a fim de evitar acidentes e doenças no ambiente de trabalho.	Apresentar comportamento voltado para o bem-estar comum; ter solidariedade; ser proativo; mostrar afetividade; apresentar postura crítica e reflexiva.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Qualidade de vida no trabalho . 1. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2011.		
FERREIRA, Patrícia Itala. Clima Organizacional e Qualidade de Vida no Trabalho : col. MBA Gestão de Pessoas. 1. ed. São Paulo: LTC, 2013.		
RODRIGUES, Marcos Vinicius C. Qualidade de Vida no Trabalho . 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
KILIMNIK, Zélia; SANT'ANNA, Anderson. Qualidade de vida no trabalho : fundamentos e abordagens. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2010.		
RONCHI, Carlos César. Sentido do Trabalho : saúde e qualidade de vida. Curitiba: Juruá, 2010.		
ROSSI, Ana Maria; MEURS, James A.; PERREWÉ, Pamela L. Stress e qualidade de vida no trabalho : stress interpessoal e ocupacional. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.		

ETAPA II

INFORMÁTICA BÁSICA

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)

EMENTA

Fundamentos da informática. Conceituação de sistemas operacionais, *hardware*, *software*, internet e suas ferramentas. Gerenciamento de arquivos. Redes de computadores e internet. Estudo de editores de texto, planilhas e apresentações eletrônicas. Segurança da Informação.

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Demonstrar conhecimento básico em informática, utilizando os recursos computacionais básicos e ferramentas necessárias na área de sistemas operacionais, redes de computadores e internet.	Comprovar conhecimento em sistemas operacionais, <i>hardware</i> e <i>software</i> , conceitos de internet e suas ferramentas, editores de textos, planilhas eletrônicas e softwares de apresentações eletrônicas; assimilar conceitos de segurança da informação, de modo a prevenir a perda de informações importantes no ambiente computacional.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Fundamentos da informática; sistemas operacionais; gerenciamento de arquivos; redes de computadores e internet; processadores de textos; planilhas de cálculo; apresentações eletrônicas; noções de Segurança da Informação.	Operar aplicativos e diferenciar conceitos referentes ao sistema operacional; reconhecer os principais elementos que compõem o conceito de navegação na web; desenvolver, estruturar e formatar textos, utilizando o <i>software</i> de edição de textos; desenvolver, estruturar e formatar planilhas, utilizando o <i>software</i> de planilhas eletrônicas; desenvolver, estruturar e formatar apresentações, utilizando o <i>software</i> de apresentação eletrônica; aplicar normas e procedimentos de segurança da informação no desenvolvimento das atividades profissionais.	Ser proativo; desenvolver a capacidade de solucionar problemas; ter iniciativa; apresentar interatividade; dispor de dinamismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COMER, Douglas E. **Redes de Computadores e Internet**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.
 LAUREANO, Marcos Aurélio Pchek. **Sistemas operacionais**. 1. ed. Curitiba: LT, 2012.
 _____. **Segurança da informação**. 1. ed. Curitiba: LT, 2012.
 VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: conceitos básicos**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. ISBN9788535288131.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Maria Izabel Navarro Garcia. **Estudo Dirigido de Microsoft Word 2013**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2013.
 MANZANO, André Luiz N. G. **Estudo Dirigido de Microsoft Excel 2013**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2013.
 _____. **Estudo Dirigido de Microsoft PowerPoint 2013**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2013.
 REZENDE, Denis A.; ABREU, Aline F. **Tecnologia da Informação aplicada a Sistemas de Informação Empresariais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013

ESTATÍSTICA BÁSICA

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)

EMENTA		
Introdução ao estudo da Estatística: método científico, população, amostra, amostragem e variáveis estatísticas. Fases do método estatístico. Tabelas, séries estatísticas, distribuição de frequência. Gráficos estatísticos, medidas descritivas e probabilidade.		
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Compreender a importância da aplicação dos métodos estatísticos, para a confiabilidade e solidez de processos e/ou atividades. Além da aptidão prática para realizar os cálculos e análises pertinentes.	Visualizar a estatística elementar e seus desdobramentos, como uma ciência que fornecerá embasamento para o processo de tomada de decisões cotidianas; desenvolver métodos e processos, pautados e controlados pelas variáveis estatísticas, priorizando o capital humano em detrimento de imposições injustificáveis; ponderar o fator humano em suas análises, sínteses, deduções e intuições inerentes ao processo estatístico.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Método estatístico: passos para aplicação, fases, variáveis situacionais e limites éticos e morais; séries estatísticas: temporal, geográfica, histórica, específica e mista; distribuição de frequência: tipos e gráficos representativos; probabilidade: evento, espaço amostral, experimento aleatório, probabilidade condicional.	Criar indicadores qualitativos baseados nos procedimentos quantitativos da estatística básica; realizar estudos técnicos gerais e individuais, com aplicação responsável e correta dos passos do método científico; operar instrumentos básicos de cálculo de variáveis estatísticas: calculadoras científicas; e <i>softwares</i> de cálculos mais complexos; revisar cálculos estatísticos e procedimentos vigentes do controle estatístico de processo.	Agir pautado nos princípios da ética, cidadania e empatia; não permitir que a aplicação da técnica possa superar os fatores sociais e humanos; aplicar o “estado da arte” nos procedimentos e práticas corriqueiras e gerais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
COSTA, Paulo Roberto da. Estatística . 3. ed. Santa Maria: UFSM, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2010. MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística Geral e Aplicada . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 9788597012323.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
MONTGOMERY, Douglas C. Estatística Aplicada à Engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística Básica: probabilidade e inferência . 1. ed. São Paulo: Pearson, 2009. LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística Aplicada . 6. ed. São Paulo: Pearson, 2016.		

BIOSSEGURANÇA

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)

EMENTA

Noções básicas de Biossegurança. Princípios básicos de Biossegurança. Conceitos básicos de biossegurança e

bioproteção. Áreas de abrangência da biossegurança. Atividades e medidas de biossegurança. Precauções padrões. Mapa de riscos. Contenção de riscos. Ações de biossegurança no contexto de gestão da qualidade.

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Ser capaz de reconhecer as normas de biossegurança, os principais riscos encontrados no ambiente de trabalho e atuar como multiplicador das normas de biossegurança no ambiente laboral.	Compreender e interpretar situações que ponham a vida em risco; aplicar as normas de higiene e biossegurança na realização do trabalho; analisar as medidas de precauções básicas para a segurança laboral, reconhecendo as medidas e equipamentos de biossegurança capazes de proporcionar proteção para a equipe de trabalho, usuários dos serviços e ao ambiente.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Conceito de biossegurança e bioproteção; princípios básicos de biossegurança; legislação da biossegurança no Brasil; riscos e contenção de riscos; mapeamento de riscos; ações de biossegurança no contexto da Gestão da Qualidade.	Identificar os fenômenos de contaminação; conhecer os fatores de riscos e prevenção; identificar os principais riscos encontrados no ambiente de trabalho; avaliar as normas técnicas de biossegurança; analisar as normas de biossegurança no ambiente laboral; desenvolver habilidade no conhecimento e métodos inerentes a biossegurança.	Ter proatividade; desenvolver uma visão crítico-científica, ética, humana e reflexiva; apresentar capacidade de solucionar problemas; apresentar iniciativa; preocupar-se com o bem-estar comum; ser solidário; ter prudência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORINGA, Josias do Espírito S. **Biossegurança**. 1. ed. Curitiba: LT, 2012.
HIRATA, Mario Hiroyuki; MANCINI FILHO, Jorge; HIRATA, Rosário Dominguez Crespo. **Manual de Biossegurança**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2017. ISBN 9788520447819.
SILVA, José Vitor da; BARBOSA, Silene Ribeiro Miranda; DUARTE, Suélen Ribeiro Miranda Pontes. **Biossegurança no contexto da saúde**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2013 (Coleção Ambiente, Saúde e Segurança).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira; GONÇALVES, Emanuela; SOARES, Suerlane Pereira da Silva. **Biossegurança: ações fundamentais para promoção da saúde**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014.
CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira Cardoso; NAVARRO, Marli B. M. de Albuquerque; VITAL, Nery Cunha. **Biossegurança: estratégias de gestão de riscos, doenças emergentes e reemergentes: impactos na saúde pública**. 1. ed. São Paulo: Santos, 2012.
VIEIRA, Jair Lot. **Lei de Biossegurança: Lei n. 11.105, de 24.03.2005: colagem e transgênicos**. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2005.

ERGONOMIA

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (60h)

EMENTA

Histórico e objetivos da ergonomia. Aplicações ergonômicas: ergonomia de concepção e correção. Biomecânica e Antropometria aplicadas à ergonomia. Sistemas de interação homem-máquina. Levantamento e transporte de pesos. Postura ergonômica ideal. Lesão por Esforço Repetitivo (LER), Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (DORT).

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Aplicar os princípios básicos da ergonomia de concepção para selecionar equipamentos, móveis e utensílios apropriados às medidas e proporções do corpo humano. Além da aplicação da ergonomia de correção/adaptação em ambientes existentes.	Organizar, ergonomicamente, os ambientes de trabalho e domésticos, aplicando os princípios de biomecânica e antropometria; promover oficinas e palestras sobre a importância e conscientização da ergonomia como fator de saúde pessoal e bem estar profissional; realizar eventuais mudanças e/ou substituições em aparelhos, móveis, equipamentos e máquinas, para garantir o cumprimento das recomendações ergonômicas; auxiliar na definição de espaços e proporções mínimas para movimentação, transporte e acondicionamento de produtos.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Estudos de tempos e movimentos de máquinas, dispositivos e seres; diferenças entre seres humanos e máquinas do ponto de vista ergonômico; levantamento de transporte de pesos; NR 17 – Ergonomia: aplicações, recomendações, adequações limites e cálculos pertinentes.	Auxiliar no fornecimento de informações para laudos, vistorias e/ou inspeções laborais; elaborar estudo técnico sobre as características gerais e peculiaridades de pessoas, equipamentos e móveis nos ambientes; propor melhorias funcionais, de acordo com recursos disponíveis; realizar inspeções e auditorias internas quanto ao cumprimento da NR 17.	Manter postura ergonômica e pessoal exemplar, e fazer com que suas ações falem por si só; demonstrar interesse nos problemas diários, focando na resolução imediata; agir com transparência e retidão de caráter em todas as situações.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ABRAHÃO, Julia. Introdução à Ergonomia : da prática à teoria. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2009. ISBN 9788521204855.		
FRANCESCHI, Alessandro de. Ergonomia . Santa Maria: UFSM, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e- Tec Brasil, 2013.		
WACHOWICZ, Marta Cristina. Ergonomia . Curitiba: IFPR; Rede e-Tec Brasil, 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
GRANDJEAN, Etienne. Manual de Ergonomia . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.		
PETROSKI, Edio Luiz. Antropometria : técnicas e padronizações. 5. ed. Várzea Paulista: Fontoura, 2011.		

ANÁLISE DE RISCOS	
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (60h)	
EMENTA	
Introdução e evolução do prevenicionismo. Processo de gerência de riscos. Identificação e análise de riscos. Técnicas de identificação de riscos. Técnicas de análise de riscos. Técnicas de avaliação de riscos. Financiamento de riscos. NR 25 – Resíduos industriais.	
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)
Ser capaz de realizar análises de	Compreender e manejar os princípios de gerenciamento de risco,

riscos, de modo a implantar, adequar ou manter um sistema de gerenciamento de riscos adequado e eficaz.	avaliando exemplos de perigos e riscos e aprendendo como identificá-los; conhecer técnicas de análise de risco e desenvolver as habilidades para utilizar essas técnicas na organização.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
evolução e conceituação de gerência de riscos; processo de gerenciamento de riscos; identificação e análise de riscos; técnicas de análise de riscos; técnicas de avaliação de riscos; NR 25.	Analisar a relação do homem com o risco; conceituar prevençionismo; avaliar a gerência de riscos; identificar os principais meios para o gerenciamento de riscos; caracterizar o gerenciamento de resíduos industriais.	Ter proatividade; desenvolver uma visão crítico-científica; mostrar capacidade de solucionar problemas; preocupar-se com o bem-estar comum; ser solidário; ter prudência.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
JATOBÁ, Augusto César Maurício de Oliveira. Desenvolvimento Sustentável e Estudo de Impacto Ambiental . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. ISBN 9788551900246.		
MORAES, Giovanni. Sistema de Gestão de Riscos: estudos de análise de riscos “Offshore e Onshore” . Rio de Janeiro: GVC Gerenciamento Verde, 2013. v. 2.		
SANTOS, Luciano Miguel Moreira dos. Avaliação Ambiental de Processos Industriais . São Paulo: Oficina de Textos, 2011. ISBN 8579750369.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
PONTE JÚNIOR, Geraldo Portela da. Gerenciamento de riscos baseado em fatores humanos e cultura de segurança . 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.		
PONTE JÚNIOR, Geraldo Portela da. Gerenciamento de riscos na indústria de petróleo e gás . 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.		

MEDICINA OCUPACIONAL		
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (60h)		
EMENTA		
Introdução à Medicina do Trabalho. Princípios de anatomia e fisiologia humana. Riscos biológicos. Patologias ocupacionais. NR 7 – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional. Lesões por esforços repetitivos.		
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Ser capaz de compreender e prevenir as patologias relacionadas ao ambiente de trabalho.	Compreender e interpretar situações que ponham a vida em risco no ambiente laboral, minimizando os riscos de patologias ocupacionais e relacionando a saúde e o trabalho, por meio de uma avaliação das situações de risco e dos acidentes e patologias associadas aos processos produtivos.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES

Introdução à Medicina do Trabalho; princípios de anatomia e fisiologia humana; riscos biológicos; dermatoses ocupacionais; patologias ocupacionais; riscos físicos; riscos químicos; lesões por esforços repetitivos; NR 07.	Analisar os agentes causadores de doenças no ambiente laboral; avaliar os riscos físicos, químicos e biológicos no ambiente de trabalho; controlar riscos de patologias no ambiente de trabalho; relacionar os riscos biológicos à prática profissional; viabilizar controle e proteção a lesões por esforços repetitivos; aplicar a NR 07 no ambiente de trabalho.	Ser proativo; desenvolver a capacidade de solucionar problemas; ter iniciativa; preocupar-se com o bem-estar comum; ser solidário; ter prudência.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Meio Ambiente do Trabalho : Direito, Segurança e Medicina do Trabalho. 4. ed. São Paulo: Método, 2014.		
LADOU, Joseph. Medicina Ocupacional e Ambiental : Col. Current: Diagnóstico e Tratamento. 5. ed. Porto Alegre: McGraw Hill/ Bookman, 2016.		
MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do trabalho e Doenças Ocupacionais . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
PINTO JÚNIOR, Amaury Rodrigues. A Quantificação do dano : Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais. São Paulo: LTr, 2016.		
Segurança e Medicina do Trabalho . 79. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 9788597012859.		

DESENHO TÉCNICO		
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (60h)		
EMENTA		
As primeiras representações gráficas conhecidas na história da humanidade. Regras e convenções gráficas. Elementos de um desenho técnico: cortes, plantas e fachadas. Material e padronização dos desenhos. Desenho projetivo, geométrico e técnico.		
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Ter a qualificação necessária para representar graficamente, de acordo com escalas, planos e vistas, ambientes de convivência, salas, fachadas e afins.	Selecionar os instrumentos de desenho técnico, e definir os tamanhos de papéis a serem utilizados; encaminhar desenhos aos responsáveis por execução, transmitindo as informações mais relevantes e particularidades; garantir que o desenho seja uma representação fidedigna da localização, funcionamento e/ou operação do objeto.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Instrumentos de desenho, formatos e dimensões do papel; escalas, cotas, simbologia gráfica e caligrafia; cortes transversais e longitudinais, detalhamento de componentes	Representar graficamente o que se deseja, através de regras de contagem, limites e tolerâncias dimensionais; detalhar as representações por meio de cortes, vistas múltiplas e	Criar visão espacial e dimensional apuradas, juntamente com senso crítico e raciocínio lógico avançado; agir com determinação e

individuais; vistas ortográficas, perspectivas e planos.	informações adicionais; definir escala numérica de trabalho, e padronizar a execução de folhas de um mesmo desenho.	superação nos desafios cotidianos; ter humildade na admissão de erros e extrair aprendizado das experiências vividas.
---	--	--

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMES, Adriano Pinto. **Desenho Técnico**. Ouro Preto: IFMG, 2012.
NASCIMENTO, Roberto Alcarria do; NASCIMENTO, Luis Renato do. **Desenho Técnico: conceitos teóricos, normas técnicas e aplicações práticas**. 1. ed. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2014. ISBN 9788537103951.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRUZ, Michele David da; MORIOKA, Carlos Alberto. **Desenho Técnico: medidas e representação gráfica**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos).
GOMES, Adriano Pinto. **Desenho Arquitetônico**. Ouro Preto: IFMG, 2012.
PEREIRA, Nicole de Castro. **Desenho Técnico**. 1. ed. Curitiba: LT, 2012.

PRINCÍPIOS DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (60h)

EMENTA

Processos primitivos de manufatura e produção industrial. Introdução aos processos industriais. Processos de conformação mecânica, usinagem, junção, moldagem. Tratamentos superficiais. Máquinas e equipamentos. Caldeiras, vasos de pressão, fornos. Ventilação Industrial. Ferramentas manuais, manutenção preventiva e corretiva.

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Estar apto a conhecer as principais tecnologias de processos industriais existentes, além de preparar todo o aparato estrutural para aplicação das mesmas.	Auxiliar na organização e elaboração de arranjo funcional de máquinas e equipamentos industriais; garantir o cumprimento dos protocolos e procedimentos de segurança aplicada à manipulação de tecnologias industriais; minimizar os impactos socioambientais oriundos de atividades produtivas e desdobramentos de processos; estabelecer indicadores de eficiência e rendimento.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Classificação das ligas metálicas, tratamentos térmicos e termoquímicos; processos de fabricação mecânica, união de peças e moldagem; máquinas e equipamentos para levantamento e transporte de cargas; inspeções de segurança em máquinas e equipamentos;	Escolher o processo mais adequado para cada aplicação industrial, observando as variáveis e detalhes mínimos; preparar sistemas de utilidades sanitárias e não-sanitárias para atendimento aos processos principais; documentar o andamento e/ou comportamento temporal dos	Ser atento quanto às mudanças e transformações da sociedade e das tecnologias; transmitir credibilidade e confiança, através de ações pautadas nos preceitos de profissionalismo ético e transparência;

ventilação de ambientes: exaustora e conforto térmico.	processos de tecnologia industrial; orientar profissionais operacionais e executivos quanto às práticas mais seguras e qualitativas.	racionalizar soluções e aplicar o estado da arte de técnicas e metodologias para resolução de problemas diários.
--	--	--

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANÇA, Maria Beatriz Araújo; SILVA, Carlito Fernandes da. **Tecnologia Industrial e Radiações Ionizantes e Não Ionizantes**. 1. ed. Goiânia: AB, 2007.

FRANCHI, Claiton Moro. **Controle de Processos Industriais: princípios e aplicações**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2011. ISBN 9788536503691.

RIBEIRO, José; FOGLIATO, Flavio. **Confiabilidade e Manutenção Industrial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AITA, José Carlos Lorentz; PEIXOTO, Nirvan Hofstadler. **Tecnologias e Processos Industriais I**. Santa Maria: UFSM, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013.

FILHO, Guilherme Filippo. **Bombas, Ventiladores e Compressores: fundamentos**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2015.

MACINTYRE, Archibald Joselph. **Equipamentos Industriais de Processos**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1997.

GESTÃO DA SEGURANÇA DO TRABALHO

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (60h)

EMENTA

Introdução à Gestão da Segurança do Trabalho. Conceitos básicos e estruturação do sistema de gestão de segurança e saúde do trabalho. Treinamento, controle e avaliação de conformidade. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT).

PERFIL DE CONCLUSÃO

Ser capaz de participar da elaboração e implantação da política de saúde e Segurança do Trabalho, bem como elaborar e aplicar ações corretivas necessárias.

COMPETÊNCIAS (C-H-A)

Desenvolver modelos de trabalho em consonância com as normas regulamentares;
associar a sinalização de segurança no ambiente de trabalho;
elaborar rotinas, protocolos e ordens de serviço referentes às instalações, aos equipamentos e às ações e medidas corretivas na área de segurança do trabalho.

CONHECIMENTOS

Introdução à Gestão de Segurança do Trabalho;
sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho;
treinamento, controle e avaliação de conformidade;
custos da saúde e segurança do trabalho;
ações da gestão organizacional;

HABILIDADES

Participar da elaboração e implantação da política de SST;
interpretar indicadores de eficiência e eficácia dos programas implantados;
desenvolver ações educativas na área de SST;
executar normas e procedimentos para um trabalho seguro e sadio;
gerar relatórios de resultados;

ATITUDES

Desenvolver a capacidade de solucionar problemas;
preocupar-se com o bem-estar comum;
ser solidário;
ter prudência;
estimular participações em ações educativas a serem implantadas em SST.

CIPA; SIPAT.	difundir informações; analisar objetivos, atribuições e observações da CIPA; verificar os objetivos da SIPAT.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ASSIS, Romeu José de. CIPA: teoria e prática . 2. ed. Curitiba: Juruá, 2017.		
CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. ISBN 9788597008135.		
NUNES, Flávio de Oliveira. Segurança e Saúde no Trabalho: esquematizada . 3. ed. São Paulo: Método, 2016. ISBN 9788530969783.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
CAMPOS, Armando. CIPA: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes: uma nova abordagem . 24. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2016.		
DAS NEVES, Antônio Borges; CAMPOS, Regis Eduardo. Saúde e Segurança do Trabalho no Esocial . São Paulo: LTr, 2018.		
FILHO, Antônio Nunes Barbosa. Segurança do trabalho e gestão ambiental . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		

METODOLOGIA CIENTÍFICA		
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)		
EMENTA		
Pesquisa científica: conceitos, finalidades, tipos, métodos e técnicas de pesquisa. Procedimentos técnicos e metodológicos de preparação, execução e apresentação da pesquisa científica. Formas de elaboração dos trabalhos acadêmicos. Normas técnicas. Abordagens qualitativas e quantitativas. Métodos de pesquisa: tradicionais, emergentes e de interface. Socialização do conhecimento.		
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Conhecer a relevância da pesquisa acadêmica e seus passos metodológicos, estando habilitado a produzir um TCC.	Demonstrar a importância dos passos metodológicos e referenciais teóricos da pesquisa para o aprofundamento do conhecimento e desenvolvimento da ciência; escolher um dos temas estudados no curso, delineando o processo de pesquisa a partir de aportes teóricos; descrever as estruturas necessárias à elaboração do pré-projeto e do relatório final de curso, explicitando sua elaboração a partir das normas de textos acadêmicos; preparar o texto final sob as regras da ABNT.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Conceitos, finalidades, tipos, métodos e técnicas de pesquisa científica; procedimentos técnicos e metodológicos de preparação, execução e apresentação da	Traçar o cronograma de pesquisa; desenvolver as estruturas necessárias para elaborar o pré-projeto e o relatório de final de curso; implementar as estruturas	Ser proativo para traçar um cronograma de ações para a pesquisa; ter cuidado na seleção de material para pesquisa; organizar-se no registro

pesquisa científica; formas de elaboração dos trabalhos acadêmicos; normas técnicas; metodologias de pesquisa; métodos de pesquisa: tradicionais, emergentes e de interface.	necessárias para elaborar o relatório final de curso; utilizar as normas da ABNT para elaboração de pré-projeto e o relatório final de curso; separar material bibliográfico para pesquisa; produzir um pré-projeto de TCC.	das citações do material bibliográfico.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BARROS, Aidil J. da Silveira. Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica . São Paulo: Makron Books, 2000. CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas . Campinas: Papirus, 2002. KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: Teoria da Ciência e Iniciação à pesquisa . Petrópolis: Vozes, 2006. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do Trabalho Científico . São Paulo: Atlas, 2007.		

ETAPA III

EPI e EPC	
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)	
EMENTA	
Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs). Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Medidas de proteção. Responsabilidades do empregador. Responsabilidades do empregado. Responsabilidade do fabricante e do importador. Proteção auricular. Cores e sinalização de segurança.	
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)
Ser capaz de reconhecer a importância das medidas de proteção e a responsabilidade em implantá-las, resguardando a segurança e a saúde dos empregados e daqueles que possam ser afetados direta ou indiretamente pelo uso dos equipamentos e normas de proteção individual ou coletiva.	Compreender o emprego das medidas protetivas, bem como os equipamentos de proteção utilizados no ambiente de trabalho, interpretando a sinalização de segurança e as cores aplicadas na segurança do trabalho; avaliar os riscos inerentes à função executada e observar as normas e regulamentações pertinentes colaborando com o cumprimento das medidas de proteção e a responsabilização conexas.

CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
<p>Equipamento de Proteção Coletiva (EPC); Equipamento de Proteção Individual (EPI); medidas de proteção; equipamentos de proteção e responsabilidade do empregador; equipamentos de proteção e responsabilidade do empregado; equipamentos de proteção e responsabilidade do fabricante e do importador; protetores auriculares; importância das cores na segurança do trabalho; sinalização escrita e/ou com ilustrações; NR 35.</p>	<p>Identificar Equipamentos de Proteção Coletiva e Individual; utilizar técnicas e medidas de proteção; analisar equipamentos de proteção; avaliar as responsabilidades do empregado, empregador e fabricante dos equipamentos de proteção; descrever a importância dos protetores auriculares; interpretar cores e sinalização de segurança do trabalho; desenvolver procedimentos da NR 35.</p>	<p>Ter proatividade; desenvolver uma visão crítico-científica, ética, humana e reflexiva; ter a capacidade de solucionar problemas; apresentar iniciativa; preocupar-se com o bem-estar comum; ser solidário; ter prudência.</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELTRAMI, Mônica; STUMM, Silvana. **EPI e EPC**. Curitiba: IFPR, 2013.
CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. ISBN 9788597008135.
GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. São Paulo: LTr, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira; SOARES, Suerlane Pereira da Silva. **Equipamentos de Segurança**. São Paulo: Érica, 2014.
GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Meio Ambiente do Trabalho: Direito, Segurança e Medicina do Trabalho**. 4. ed. São Paulo: Método, 2014.
NUNES, Flávio de Oliveira. **Segurança e Saúde no Trabalho: esquematizada**. 3. ed. São Paulo: Método, 2016. ISBN 9788530969783.

CONTROLE DE PROCESSOS

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)

EMENTA

Introdução ao controle de processos. Unidades legais de medida. Características dos sistemas de medição. Processos contínuos, discretos ou manufaturas. Instrumentação aplicada ao controle de processos. Classes dos instrumentos. Conceitos de metrologia. Estabilidade e algoritmos de controle.

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)
<p>Poder auxiliar no controle de processos automáticos, através de medições, leitura e interpretação de instrumentos.</p>	<p>Monitorar os certificados de calibração e adequação dos instrumentos aos processos envolvidos; utilizar as informações oriundas das leituras dos instrumentos de processo, como um recurso adicional para a tomada de decisões; elaborar procedimento operacional padrão para realização de</p>

	medições, baseados nos princípios de estatística e metrologia.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Tipos de processos, instrumentação industrial; conceitos fundamentais de metrologia; unidades de base, derivadas e suplementares; padrões da calibração, faixa nominal, faixa de medição, escala de um instrumento; erro de medição, erro sistemático, calibração e histerese.	Interpretar diagramas de controle e esquemas funcionais de processos; realizar estudo de viabilidade técnica e econômica para automatização de processos; substituir componentes avariados e/ou defeituosos dos sistemas de controle; avaliar os erros de leitura, dentro das faixas toleráveis, estabelecendo intervalos e amplitudes.	Ser transparente em suas ações e compartilhar informações de interesse coletivo; reconhecer a importância do trabalho em grupo para a concretização de objetivos; agir baseado nos princípios da honestidade, ética e cidadania.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BAYER, Fernando Mariano. Controle Automático de Processos . 3. ed. Santa Maria: UFSM: Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2011. FIALHO, Arivelto Bustamente. Instrumentação Industrial: Conceitos, Aplicações e Análises . 1. ed. São Paulo Érica: 2002. ISBN 8571949220. PAVANI, Sérgio Adalberto. Instrumentação Básica . 3. ed. Santa Maria: UFSM, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
GONÇALVES, Marco Aurélio da Fontoura. Processos Industriais . 3. ed. Santa Maria: UFSM, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2009. SMITH, Carlos; CORRUIPIO, Armando. Princípios e Prática do Controle Automático de Processo . 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.		

PREVENÇÃO E COMBATE A SINISTROS		
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)		
EMENTA		
Teoria do fogo. Técnicas de prevenção e extinção do fogo. Normas sobre prevenção e combate a incêndios. Sistemas fixos de combate a incêndio. Brigada de combate a incêndio. Plano de abandono da área. Prática de utilização de extintores. Projeto de distribuição de extintores portáteis de incêndio.		
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Estar apto a atuar na prevenção e combate a sinistros eventuais, destacando os conhecimentos técnicos da natureza, formação e danos causados pelos mesmos.	Elaborar plano de ação de combate a incêndio, orientando os envolvidos e determinando instrumentos e metodologias aplicáveis; participar de treinamento de brigada de incêndio e reciclagens periódicas; monitorar o estado de conservação e funcionamento de extintores, mangueiras, bombas, centrais de alarmes e acionadores.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES

<p>Triângulo do fogo, métodos de propagação da energia térmica; agentes extintores, equipamentos portáteis de combate a incêndio; NR 23 – Proteção contra incêndios, NBR 12693, sistemas de hidrantes e de mangotinhos; composição, atribuição e requisitos da brigada de combate a incêndio; o Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI), distribuição de extintores portáteis, vistoria e recomendações.</p>	<p>Aplicar técnicas, métodos e equipamentos de combate a incêndio; elaborar o plano de abandono de área, seguindo requisitos normativos e estruturais; manter e organizar as documentações técnicas: projetos, notas técnicas, manuais de equipamentos, catálogos; quanto aos prazos e atendimento às normas e práticas vigentes; realizar inspeções e treinamentos internos para prevenção e combate de sinistros.</p>	<p>Ter responsabilidade e comprometimento com seus intentos e ações cotidianas; buscar constante atualização profissional, através de cursos, palestras, workshops; compartilhar o conhecimento a informação, a fim de que todos possam se tornar resolutores de problemas.</p>
---	---	---

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AITA, José Carlos Lorentz. **Prevenção e Combate a Sinistros**. Santa Maria: UFSM, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2012.

BELTRAMI, Monica; STUMM, Silvana Bastos. **Controle de Riscos e Sinistros**. Curitiba: IFPR, 2012.

CAMILLO JR, Abel Batista. **Manual de Prevenção e Combate a Incêndios**. 15. ed. São Paulo: Senac, 2013. ISBN 9788539603695.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERIGOLO, Francisco Celestino. **Prevenção de Incêndio**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 1977.

MARCELLI, Maurício. **Sinistros na Construção Civil**. 1. ed. São Paulo: Pini, 2007.

PIGNATTA SILVA, Valdir. **Projeto de Estruturas de Concreto em Situação de Incêndio**. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2013.

PREVENÇÃO E CONTROLE DE PERDAS

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)

EMENTA

Prevenção. Custos dos acidentes e controle de perdas. Avaliação de perdas. Segurança patrimonial. Análise de Segurança do Trabalho. Prevenção e controle de perdas. Análise de falhas. Confiabilidade.

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
<p>Estar apto a reconhecer a importância da segurança nas empresas, apresentando um comportamento reflexivo sobre as perdas presentes nos ambientes laborais e as técnicas de prevenção e controle.</p>	<p>Desenvolver uma visão ampla acerca da prevenção e controle de perdas no trabalho; identificar os incidentes críticos, controlando ou minimizando suas ocorrências e efeitos; conceituar e classificar os riscos e acidentes de trabalho, com aptidão para apresentar programas de prevenção e controle de perdas.</p>	
<p>CONHECIMENTOS</p>	<p>HABILIDADES</p>	<p>ATITUDES</p>

<p>Noções de Prevençionismo; análise de custos dos acidentes; análise de controle de perdas; avaliação de perdas; segurança patrimonial e inspeção de segurança; análise de segurança do trabalho; prevenção e controle de perdas; incidentes críticos e análise de falhas; confiabilidade.</p>	<p>Identificar os itens básicos para preparar e implantar um controle de perdas em uma organização; calcular as perdas considerando os fatores humanos; considerar a segurança patrimonial e a inspeção de segurança como medidas preventivas de perdas; executar uma análise de segurança do trabalho; avaliar a confiabilidade e a possibilidade de falhas em um sistema.</p>	<p>Ter proatividade; desenvolver uma visão crítico-científica, ética, humana e reflexiva; apresentar capacidade de solucionar problemas; ter iniciativa; preocupar-se com o bem-estar comum; ser solidário; ter prudência.</p>
---	---	--

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AITA, José Carlos Lorentz. **Prevenção e Combate a Sinistros**. Santa Maria: UFSM, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2012.
- BELTRAMI, Mônica; STUMM, Silvana Bastos. **Controle de Riscos e Sinistros**. Curitiba: IFPR, 2012.
- TAVARES, José da Cunha. **Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho**. 9. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2017. ISBN 9788573599763.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CAMILLO JR, Abel Batista. **Manual de Prevenção e Combate a Incêndios**. 15. ed. São Paulo: Senac, 2013.
- FERIGOLO, Francisco Celestino. **Prevenção de Incêndio**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 1977.
- MARCELLI, Maurício. **Sinistros na Construção Civil**. 1. ed. São Paulo: Pini, 2007.

GERENCIAMENTO DE EMERGÊNCIAS	
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)	
EMENTA	
<p>Gestão de emergências: definição e classificação. Incêndio: formas, condições, causas e prevenção. NR 23. Classificação de riscos e ocupações. Planos de emergência: conceito e critérios de elaboração. Desastres naturais e planos de contingência. Planos de abandono e combate a incêndios. Prioridades em situações de emergência.</p>	
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)
<p>Estar apto a identificar e planejar ações de prevenção, monitoramento e de primeira resposta para a ocorrência de eventos com alto potencial de danos e adotar medidas para</p>	<p>Participar da elaboração de planos de emergência para situações com alto potencial de danos, com base em conceitos, técnicas, equipamentos específicos e legislações vigentes para diminuir as consequências reais, tais como resgates, primeiros socorros, combate a incêndios e medidas monitoramento e recuperação de danos</p>

situações de emergência.	relacionados.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Gestão de emergências; formas e condições de incêndios; causas e prevenção de incêndios; equipes de combate a incêndios; classificação de riscos e ocupações; critérios para elaboração de planos de emergência; planos de contingência; planos de abandono e combate a incêndio; relação de prioridades em situações de emergência.	Selecionar e aplicar metodologias de análise de riscos; utilizar ferramentas fundamentadas em bases normativas ou técnicas nas situações de emergência; analisar situações com alto potencial de danos; prevenir, controlar e monitorar riscos; elaborar planos de emergência para situações com alto potencial de danos; participar de ações emergenciais; desenvolver ações de proteção ao ambiente laboral.	Ter proatividade; desenvolver a capacidade de solucionar problemas; ter iniciativa; preocupar-se com o bem-estar comum; ser solidário; ter prudência.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BELTRAMI, Mônica; STUMM, Silvana Bastos. Controle de Riscos e Sinistros . Curitiba: IFPR, 2012. CAMILO Jr. Abel Batista. Manual de Prevenção e Combate a incêndios . 15. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2013. TAVARES, José da Cunha. Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho . 9. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2017.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
AITA, José Carlos Lorentz; PEIXOTO, Nirvan Hofstadler. Prevenção e Combate a Sinistros . Santa Maria: UFSM, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2012. FERIGOLO, Francisco Celestino. Prevenção de Incêndio . 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 1977.		

NORMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO	
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)	
EMENTA	
Normas regulamentadoras de Segurança do Trabalho. NR 01 (Disposições gerais). NR 04 (Serviços especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho). NR 05 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). NR 07 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional). NR 08 (Edificações). NR 09 (Programas de prevenção de riscos ambientais). NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade). NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos). NR 16 (Atividades e operações perigosas). NR 17 (Ergonomia). NR 18 (Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção). NR 35 (Trabalho em altura). Consequências do descumprimento das NRs. Fiscalização e penalidades. Órgãos competentes em matéria de segurança e saúde no trabalho.	
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)

<p>Estar apto a identificar as normas regulamentadoras, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, considerando a sua importância para resguardar os trabalhadores, evitando acidentes de trabalho e garantindo a segurança laboral e ambiental em prol dos envolvidos.</p>	<p>Participar da adoção e implantação das normas de Segurança do Trabalho, orientando as medidas a serem implementadas e o cumprimento das normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho, compreendendo a competência dos órgãos envolvidos e as responsabilidades de cada envolvido.</p>	
<p>CONHECIMENTOS</p>	<p>HABILIDADES</p>	<p>ATITUDES</p>
<p>Normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho; disposições gerais de normas regulamentadoras; serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho; a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; edificações; programas de prevenção de riscos ambientais; segurança em instalações e serviços em eletricidade; segurança no trabalho em máquinas e equipamentos; atividades e operações perigosas; ergonomia; condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção; trabalho em altura; consequências do descumprimento das NRs; fiscalização e penalidades; órgãos competentes em matéria de segurança e saúde no trabalho.</p>	<p>Identificar a importância das normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho; selecionar e aplicar normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho; prevenir, controlar e monitorar riscos; avaliar as consequências do descumprimento das normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho; verificar os órgãos competentes e formas de fiscalização; apontar as penalidades correspondentes ao descumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho.</p>	<p>Ter proatividade; desenvolver a capacidade de solucionar problemas; ter iniciativa; preocupar-se com o bem-estar comum; ser solidário; ter prudência.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>		
<p>CAMISASSA, Mara Queiroga. Segurança e Saúde no Trabalho: NRs 1 a 36: comentadas e descomplicadas. 4. ed. São Paulo: Método, 2017. ISBN 9788530976347. SZABÓ JÚNIOR, Adalberto Mohai. Manual de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho. 11. ed. São Paulo: Rideel, 2017.</p>		
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>		

CECÍLIA, Silvana Louzada Lamattina. **Responsabilidade do Empregador por Danos à saúde do trabalhador**. 1. ed. São Paulo: LTr, 2008.

HOEPPNER, Marcos Garcia. **Normas Regulamentadoras relativas à segurança e saúde no trabalho**. 6. ed. São Paulo: Ícone, 2015.

SANTOS JUNIOR, Joubert Rodrigues dos; ZANGIROLAMI, Márcio José. **NR-12 Segurança em Máquinas e Equipamentos: conceitos e aplicações**. São Paulo: Érica, 2015.

POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E DE SAÚDE

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)

EMENTA

Decreto 7.602/11 – Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST). Objetivos e princípios da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Diretrizes da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Responsabilidade no âmbito da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Importância da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Programas aplicados em saúde e segurança do trabalho.

PERFIL DE CONCLUSÃO

Estar apto a participar e implantar a política e o programa de segurança e saúde do trabalhador, a partir do conhecimento do processo de gestão de políticas integradas de saúde, meio ambiente e segurança do trabalho, contribuindo para um cotidiano ocupacional mais saudável.

COMPETÊNCIAS (C-H-A)

Contextualizar e aplicar programas e políticas de saúde e segurança do trabalho;
definir metas, prioridades e responsabilidades, conforme diretrizes da política e legislação;
auxiliar na atualização da política de saúde e segurança da organização, consoante avaliação de resultados e análise importância da política nacional de segurança e saúde no trabalho com a vida e saúde do trabalhador.

CONHECIMENTOS

Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST);
políticas de saúde pública;
normas regulamentadoras sobre política e gestão de saúde e segurança do trabalho;
política de saúde e segurança do trabalho: conceitos, estrutura e importância;
elaboração, implantação e implementação da política e da gestão de saúde e segurança do trabalho;
programas aplicados em saúde e segurança do trabalho.

HABILIDADES

Ter uma visão sistêmica em relação aos processos relativos à política de saúde e segurança do trabalho;
compreender as necessidades de saúde do empregado e da comunidade;
identificar as políticas de saúde pública existentes na comunidade local;
realizar programas de treinamentos definidos na política de saúde e segurança do trabalho;
analisar as políticas de saúde e cidadania;
avaliar a eficiência e a eficácia das

ATITUDES

Dispor de clareza e objetividade nas decisões;
desenvolver a flexibilidade;
ter responsabilidade;
apresentar capacidade propositiva;
manter postura colaborativa;
ter dinamismo.

	<p>políticas e ações de segurança do trabalho; planejar a política de saúde e segurança do trabalho; comparar a aplicação prática da política com a legislação; correlacionar a importância da política nacional de segurança e saúde no trabalho com a vida e saúde do trabalhador.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>DIAS, Reinaldo. Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>NASCIMENTO NETO, José Osório do. Políticas Públicas e Regulação Socioambiental. Curitiba: Íthala, 2017. ISBN 9788555440724.</p> <p>NUNES, Flávio de Oliveira. Segurança e Saúde no Trabalho: esquematizada. 3. ed. São Paulo: Método, 2016.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>PAIVA, Paulo. MENDES, Gilmar. Políticas públicas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>SARLET, Ingo Wolfgang. Estado Socioambiental e Direitos Fundamentais. ISBN 8573486856. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.</p>		

TOXICOLOGIA		
CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)		
EMENTA		
<p>História e conceitos gerais em toxicologia. Aspectos, divisões e áreas da toxicologia. Classificação das substâncias tóxicas. Intoxicação e vias de absorção dos agentes tóxicos. Relações dose-efeito e dose-resposta. Mecanismos dos efeitos toxicológicos. Avaliações toxicológicas. Princípio da precaução, monitorização ambiental e biológica. Vigilância em saúde do trabalhador. Doenças ocupacionais e principais contaminantes para os trabalhadores.</p>		
PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
<p>Atuar na concepção e aplicação de princípios de toxicologia, garantindo o cumprimento de procedimentos funcionais que visem a correta operação de equipamentos e processos que envolvam agentes agressivos à saúde.</p>	<p>Orientar profissionais envolvidos direto e indiretamente com a manipulação de agentes tóxicos; garantir o cumprimento integral das normas regulamentadoras vigentes da área, além da incorporação das boas práticas de fabricação e conservação; efetuar o correto descarte de embalagens, insumos e sobressalentes resultantes de processos químicos, físicos e biológicos.</p>	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
<p>Conceitos, fases e sintomas comuns de intoxicação; conceitos de dose, efeito e resposta, limite de tolerância e razão de perigo;</p>	<p>Elaborar planos de prevenção e atuação em situações decorrentes de intoxicação e afins; auxiliar em auditorias e inspeções</p>	<p>Ter retidão de caráter e princípios de ética e empatia no tratamento das questões</p>

efeitos resultantes da interação de agentes químicos; ensaios, testes e avaliações toxicológicas; princípios da prevenção da intoxicação ocupacional; sistema de vigilância em saúde do trabalhador, NR 7, NR 15 e NR 32.	pontuais quanto à adequação dos ambientes e exposição dos trabalhadores aos agentes agressivos; produzir relatórios, levantamentos e mapas funcionais referentes a localização, nível e intensidade dos agentes nos ambientes.	cotidianas; ser irredutível com relação ao não cumprimento de normas e procedimentos técnicos; comunicar-se de forma assertiva, processando informações e tomando decisões diárias.
--	---	---

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OGA, Seizi. **Fundamentos de Toxicologia**. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2014. ISBN 9788574541075.
RUPPENTHAL, Janis Elisa. **Toxicologia**. Santa Maria: UFSM, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013.
SPRADA, Edilmere. **Toxicologia**. Curitiba: IFPR, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KLAASSEN, Curtis D.; WATKINS, John. **Fundamentos em Toxicologia de Casarett e Doull**. 2. ed. Porto Alegre: Amgh, 2012.
MICHEL, Oswaldo da Rocha. **Toxicologia Ocupacional**. 1. ed. Porto Alegre: Florence, 2000.
QUEIROZ, Suelen. **Tratado de Toxicologia Ocupacional**. 2. ed. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2015.

PROCEDIMENTOS E PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (60h)

EMENTA

Síntese das normas regulamentadoras vigentes do ministério do trabalho e emprego. Programas de saúde e segurança do trabalho. Aspectos e práticas cotidianas da segurança do trabalho. Relatórios e laudos. Diálogos de segurança e a importância da postura e presença do profissional de segurança do trabalho. Novas tendências tecnológicas e *softwares* de segurança. Gestão de pessoas, aspectos psicológicos e sociológicos.

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Elaborar e implantar os principais programas e procedimentos de segurança do trabalho, acompanhamento de normas vigentes e atualização de portarias.	Gerenciar a implantação, execução e acompanhamento periódico dos programas de segurança do trabalho; solicitar investimentos no setor de segurança do trabalho, assim como justificar investimentos feitos previamente, através de resultados práticos; monitorar prazos, padrões, requisitos mínimos e exigências de instrumentos, máquinas e equipamentos; respeitar cronogramas e datas previamente definidas.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
ASO, PCMSO, Exames ocupacionais, PCA, PCMAT; treinamentos e palestras de segurança do trabalho,	Elaborar programas, mapas de risco, notas técnicas e procedimentos organizacionais e executivos de segurança do trabalho;	Agir com intensa disciplina e foco nas tarefas diárias; desenvolver capacidade de resiliência e superação, haja vista a complexidade das

<p>integrações corporativas; NR 1 a 36, Portarias do MTE, Resoluções da OMS e recomendações de órgãos internacionais; PPRA, LTCAT, PGR, SESMT, CIPA, PT, PTA, EPI, EPC.</p>	<p>acompanhar auditorias externas, respondendo questionamentos triviais e fornecendo informações concisas; redigir laudos e relatórios inerentes a segurança e saúde ocupacional, juntamente com outros profissionais responsáveis.</p>	<p>atividades diárias; realizar gestão humana e transparente, porém agir com rigidez quando for necessário.</p>
---	---	---

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e Saúde no Trabalho – NRS 1 a 36 Comentadas e Descomplicadas**. 4 ed. São Paulo: Método: 2017.
OLIVEIRA, Claudio Dias. **Procedimentos Técnicos em Segurança e Saúde no Trabalho**. 1. ed. São Paulo: LTR, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. **Segurança do Trabalho: Guia Prático e Didático**. 1. São Paulo: Érica, 2012.
JUNIOR, Cleber Nilson Amorim. **Segurança e Saúde no Trabalho: princípios norteadores**. 2. ed. São Paulo: LTR, 2017.
MARINHO, Ricardo; BEGNON, Wanderley. **NR 35 Segurança no Trabalho em Altura: procedimentos e práticas**. 1. ed. Rio Pardo: Viena, 2016.
SAMPAIO, José Carlos de Arruda. **PCMAT: Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção**. 1. ed. São Paulo: Pini, 1998.
SHERIQUE, Jaques. **Aprenda Como Fazer: PPRA, PCMAT e MRA**. 2. ed. São Paulo: LTR, 2004.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

CARGA HORÁRIA DO COMPONENTE (30h)

EMENTA

Elaboração, orientação e entrega do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), nos moldes de artigo científico, relatório, monografia e/ou afins; obedecendo às normas e regulamentos metodológicos.

PERFIL DE CONCLUSÃO	COMPETÊNCIAS (C-H-A)	
Demonstrar desenvolvimento lógico e fundamentado de um tema específico, a ser apresentado de acordo com as formalidades técnicas exigidas pela metodologia científica.	Compreender o conhecimento científico e tecnológico numa perspectiva interdisciplinar; definir as fases de execução de projetos, com base na natureza e na complexidade das atividades; reorganizar os recursos necessários e plano de produção, identificando as fontes para o desenvolvimento do projeto.	
CONHECIMENTOS	HABILIDADES	ATITUDES
Construção de conceitos relativos ao tema do trabalho: definições, terminologia, simbologia etc.; definição dos procedimentos metodológicos;	Classificar os recursos necessários para o desenvolvimento do TCC; utilizar, racionalmente, os recursos destinados ao TCC; redigir relatórios sobre o desenvolvimento do	Apresentar proatividade para traçar ações para pesquisa; ser cuidadoso na seleção de material para pesquisa; ter organização no registro

elaboração e análise dos dados de pesquisa: seleção, codificação, relatório e tabulação; formatação de trabalhos acadêmicos.	TCC; construir gráficos, planilhas, cronogramas e fluxogramas; comunicar ideias, de forma clara e objetiva, por meio de textos e explicações orais; organizar as informações, os textos e os dados, conforme formatação definida.	das citações do material bibliográfico.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Maria C. M. de C. Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas . 24. ed. Campinas: Papirus, 2015.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. Metodologia Básica para Elaboração de Trabalhos de Conclusão de Cursos . 1 ed. São Paulo: Atlas, 2008. POLITO, Rachel. Superdicas para um TCC: Trabalho de Conclusão de Curso Nota 10 . 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2008. SANTOS, Clovis Roberto dos. Trabalho de Conclusão de Curso: Guia de Elaboração Passo a Passo . 1 ed. São Paulo: Cengage, 2010.		

6.3 POSSIBILIDADES DE SAÍDAS INTERMEDIÁRIAS

O curso prevê, em seu itinerário formativo, 01 **saída intermediária com terminalidade**, definido seu perfil profissional, com observância ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), que identificam uma ocupação de mercado, conforme quadro a seguir:

Etapa I – sem terminalidade ocupacional: com **390** horas para aulas teórico-práticas.

Etapa II – com terminalidade ocupacional: **Agente de Observação de Segurança, Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)**, com **480** horas para aulas teórico-práticas.

Etapa III – com terminalidade ocupacional: **Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio em Segurança do Trabalho, CBO 3516-05**, **330** horas para aulas teóricas e **240** horas para estágio obrigatório.

6.4 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado é fundamental para a integralização do currículo, e, conseqüentemente, para diplomação com a Habilitação de Técnico em Segurança do Trabalho. É uma atividade acadêmica que consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos, adquiridos e produzidos na prática, com a finalidade de estimular a curiosidade e o espírito questionador do acadêmico e para transferência de conhecimentos e tecnologias.

O estágio proporciona ao estudante a oportunidade de revelar seu domínio quanto à elaboração de uma proposta de trabalho que demonstre capacidade de análise, resolução de problemas, propostas de

melhorias entre outros aspectos que, de forma geral, irão comprovar os conhecimentos acadêmicos e técnicos construídos pelo aluno durante o curso. Integra o itinerário formativo do educando, sendo necessários os seguintes documentos para o procedimento de concessão de estágio:

- I. **Início do Estágio:**
 - Termo de compromisso;
 - Plano de atividade.

- II. **Durante o Estágio:**
 - Ficha de Acompanhamento de Estágio;

- III. **Final do Estágio:**
 - Termo de Realização do Estágio;
 - Relatório Final do Estagiário.

O(a) aluno(a) poderá desenvolver suas atividades de estágio, em órgãos públicos da esfera municipal, estadual e federal, empresas de segmentos diversos, instituições e organizações da sociedade civil em geral. Para tal atividade, deverá ser assistido por profissional da área com formação técnica adequada.

As competências, habilidades, bases tecnológicas, critérios de avaliação, linhas de pesquisa, normas de elaboração e estruturação (registro) e de apresentação (oral) são definidas na época de execução para que os padrões estabelecidos atendam com mais eficiência ao perfil da turma e às necessidades de mercado.

Além do Estágio, o Itego, a fim de fortalecer a relação teoria-prática, deverá sempre que possível, planejar e executar outras formas de prática profissional, como, por exemplo, situações de vivência, aprendizagem e trabalho (experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como: laboratórios, oficinas e outros), bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

6.5 CRONOGRAMA DO CURSO

O curso organizado em Etapas, neste caso, com terminalidade, não possui correspondência com o ano civil, mas com o cumprimento da carga horária prevista na organização curricular e poderá ter início a qualquer época do ano civil, bastando, para tanto, o cumprimento das horas-aulas previstas no plano de curso de acordo com sua natureza. A hora-aula de efetivo trabalho docente deve ter duração igual à hora-relógio de 60 minutos.

ETAPAS	COMPONENTES CURRICULARES	CH	Dias Letivos
Etapa I	Responsabilidade Social	30	7
	Ética e Relações Interpessoais	30	7
	Empreendedorismo	30	7
	Psicologia do Trabalho	30	7
	Direitos do Trabalhador	60	12
	Prevenção e Segurança do Trabalho	60	12

	Segurança, meio ambiente e saúde no trabalho	30	7
	Gestão ambiental	30	7
	Higiene ocupacional	30	7
	Primeiros Socorros	30	7
	Qualidade de Vida e Trabalho	30	7
	Recuperação Especial - I Etapa	--	Programada
	SOMA Cargas Horárias - Etapa I	390	87
QUALIFICAÇÃO	-		
ETAPAS	COMPONENTES CURRICULARES	CH	Dias Letivos
Etapa II	Informática Básica	30	7
	Estatística Básica	30	7
	Biossegurança	30	7
	Ergonomia	60	12
	Análise de riscos	60	12
	Medicina Ocupacional	60	12
	Desenho Técnico	60	12
	Princípios de Tecnologia Industrial	60	12
	Gestão de Segurança do Trabalho	60	12
	Metodologia de Pesquisa	30	7
	Recuperação Especial - II Etapa	--	Programada
		SOMA Cargas Horárias - Etapa II	480
QUALIFICAÇÃO	Agente de Observação de Segurança – CNCT		
ETAPAS	COMPONENTES CURRICULARES	CH	Dias Letivos
Etapa III	EPI e EPC	30	7
	Controle de processos	30	7
	Prevenção e combate a sinistros	30	7
	Prevenção e controle de perdas	30	7
	Gerenciamento de emergências	30	7
	Normas de Segurança do Trabalho	30	7
	Políticas Públicas Ambientais e de Saúde	30	7
	Toxicologia	30	7
	Procedimentos e práticas de Segurança do Trabalho	60	14
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	30	7
	Recuperação Especial - III Etapa	--	Programada
		SOMA Cargas Horárias - Etapa III	330
Estágio Obrigatório		240	
HABILITAÇÃO	Habilitação Técnica: Técnico em Segurança do Trabalho - CBO 3516-05	1440	262

6.6 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E METODOLOGIA INCLUINDO A RELAÇÃO TEORIA/PRÁTICA; FLEXIBILIDADE, INTERDISCIPLINARIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO, E ARTICULAÇÃO ENTRE OS MÓDULOS OU AS ETAPAS

O curso apresenta diferentes atividades pedagógicas para trabalhar as bases tecnológicas e atingir os objetivos. Assim, a metodologia do trabalho pedagógico com as bases tecnológicas apresenta grande diversidade, variando de acordo com as necessidades dos estudantes, o perfil do grupo/classe, as especificidades de cada componente curricular, o trabalho do professor, dentre outras variáveis, envolvendo: aulas expositivas dialogadas, com apresentação de slides, explicação dos conteúdos, exploração dos procedimentos, demonstrações, leitura programada de textos, análise de situações-problemas, esclarecimento de dúvidas e realização de atividades individuais, em grupo ou coletivas.

Os componentes curriculares, que abordam bases tecnológicas específicas da área, têm como necessárias aulas práticas em laboratórios, para garantir aprendizagem significativa. Com relação ao curso técnico, é essencial o desenvolvimento prático das atividades a serem realizadas futuramente no ambiente de trabalho. As aulas práticas requerem a divisão das turmas, visto que, nossos laboratórios comportam um número máximo de 30 alunos e, privando pela segurança e aprendizado, há a necessidade de dois professores para projetos, pesquisas, trabalhos, seminários, debates, painéis de discussão, apresentação de vídeos técnicos, estudos de campo, estudos dirigidos, tarefas, orientação individualizada. Além disso, o aluno terá a oportunidade de utilizar diferentes recursos tecnológicos de informação e comunicação (TICs).

Cada componente curricular será planejado pelo professor que irá ministrar, planejar o desenvolvimento da metodologia de cada aula de acordo as especificidades do componente curricular. Com o propósito de aperfeiçoar a prática profissional dos estudantes, serão feitas visitas técnicas a fim de complementar o ensino e aprendizagem, proporcionando ao discente a oportunidade de visualizar os conceitos analisados em sala de aula/laboratório. É um recurso didático-pedagógico que obtém ótimos resultados educacionais, pois os discentes, além de ouvirem, veem e sentem a prática da organização, tornando o processo mais motivador e significativo para a aprendizagem.

Adotando essa postura de orientador didático e não apenas de transmissor direto de informações, o docente resgata o interesse e a atenção da turma, além de auxiliar o estudante na construção do repertório de conhecimentos de forma muito mais eficiente. Nesse processo há a troca de ideias, discussões, lançamento de questões provocativas, o que promove a reflexão, além de estimular o pensamento crítico e inovador.

A Prática Profissional será desenvolvida nos laboratórios da unidade escolar através das orientações dos docentes. A parte prática do curso (componentes curriculares) será incluída na carga horária da Habilitação Profissional e não está desvinculada da teoria; constitui e organiza o currículo. Será desenvolvida ao longo do curso por meio de atividades como estudos de caso, visitas técnicas, conhecimento de mercado e das empresas,

pesquisas, trabalhos em grupo, individual e relatórios. As atividades inerentes a cada aula são explicitadas nos planos de trabalho dos docentes.

7. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM E DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

7.1. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem deve ser contínua, diagnóstica, somativa, inclusiva e processual, envolvendo os aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores relacionados com os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores requeridos pelo perfil profissional de conclusão dos cursos, devendo estimular reflexões sobre a ação pedagógica desenvolvida pela Instituição.

As evidências do desenvolvimento e construção das competências: conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas pelo perfil profissional, podem se dar em qualquer momento do processo educativo, especialmente no emprego de estratégias nas situações de aprendizagem ativa, tais como: situações-problemas, projetos, estudos de caso, visitas técnicas e/ou outras atividades hipotéticas de simulação ou em atividades reais de exercício profissional.

O desempenho satisfatório do aluno é o principal indicador da eficiência do processo ensino-aprendizagem, devendo o Itego possibilitar oportunidades de reforço e recuperação, quando não se evidenciarem os resultados esperados.

O Itego deverá estabelecer sistemática de monitoramento do processo avaliativo com base em indicadores de sua efetividade e o professor é o profissional responsável pelo estabelecimento de estratégias diferenciadas de recuperação ao aluno de menor rendimento, zelando pelo seu processo de aprendizagem.

Na análise das atividades avaliativas desenvolvidas pelos alunos, os professores deverão observar questões como: o planejamento, a autenticidade, a participação, o domínio do conhecimento, a criatividade, as sugestões, a apresentação e a autonomia dos alunos.

Com base nas observações estabelecidas, o professor deverá ser capaz de verificar, com o auxílio de instrumentos avaliativos adequados, se os alunos desenvolveram satisfatoriamente as competências e suas habilidades requeridas.

Dentre outras possibilidades, os **instrumentos e as formas** de avaliação mais adequadas ao modelo proposto, a serem utilizadas para aferição da aprendizagem dos alunos, poderão ser:

- I. realização e/ou apresentação de trabalhos individuais ou em equipe;
- II. realização de projetos integradores temáticos;
- III. realização de provas orais e/ou escritas (tradicional);

- IV. elaboração de relatórios;
- V. realização de atividades de pesquisa em sala de aula ou extraclasse;
- VI. resolução de situações-problemas;
- VII. observação sistemática do desempenho e participação dos alunos;
- VIII. construção de portfólio e de memoriais;
- IX. outras atividades em que haja participação efetiva do aluno.

A sistemática de avaliação deverá contemplar estratégias variadas e diversificadas a serem utilizadas como meio de diagnóstico e verificação da aprendizagem do aluno com a finalidade de correção de rumos e replanejamento. Tal sistemática deverá ser explicitada aos alunos pelo respectivo professor do componente curricular, tão logo se iniciem as aulas. Toda e qualquer atividade de avaliação aplicada deverá ter a sua correção explicitada pelo professor e devolvida ao aluno para que este possa acompanhar e melhorar seu desempenho escolar.

O resultado final do aluno para fins de emissão de certificado ou diploma de conclusão de curso deverá satisfazer duas condições simultâneas: aprovação na construção das competências previstas na matriz curricular e, no máximo 25% (vinte e cinco) de faltas do total da carga horária da etapa, expresso com o conceito APTO ou NÃO APTO.

Não é permitido realizar atividades de recuperação por falta e, caso a soma dos percentuais de falta de todos os componentes da etapa for superior a 25% da carga horária prevista, o aluno será considerado NÃO APTO nesta etapa, não podendo obter a certificação correspondente, nem dar sequência ao curso.

O cálculo dos percentuais de faltas, que não poderá exceder a 25% da carga horária da etapa, dar-se-á de forma sequencial e sucessiva pelo somatório dos percentuais de faltas de cada um dos componentes curriculares da etapa, e em nenhum destes, poderá exceder a 50% da sua respectiva carga horária. Excedendo a 50% de faltas em um determinado componente, o status do aluno, neste componente, também será NÃO APTO por frequência, devendo neste caso, realizá-lo na íntegra novamente.

O conceito NÃO APTO é unívoco, utilizado quando o aluno não consegue executar satisfatoriamente as habilidades previstas para o componente curricular, quando comete erros conceituais e/ou operacionais que comprometem o domínio das capacidades requeridas para o perfil profissional ou ultrapassou o limite permitido de faltas.

7.1.1 Da recuperação

A recuperação da aprendizagem deverá constituir-se em uma intervenção contínua e processual, desenvolvida durante todo o percurso de formação pretendida e destina-se à superação das possíveis dificuldades de aprendizagens apresentadas pelos alunos.

A recuperação, inerente aos componentes curriculares nos quais o aluno apresenta dificuldades de aprendizagem, será desenvolvida sob a orientação e acompanhamento dos professores, de forma concomitante aos respectivos componentes de forma contínua.

Em casos de necessidades de intervenções mais específicas para recuperação da aprendizagem, serão adotados expedientes de Recuperação Paralela, realizada na forma de Encontros e Plantões Pedagógicos, dentre outras estratégias, em dias e horários a serem combinados pelas partes envolvidas.

A Coordenação Pedagógica e Supervisão de Eixo/Curso fará o devido monitoramento da eficácia dos processos de recuperação contínua e paralela e caso necessário, será aplicada a recuperação especial, em atendimento aos alunos em dependência, ao final das etapas/curso.

Serão disponibilizadas ao aluno três oportunidades de recuperação para situações específicas:

- **Recuperação Paralela:** é uma atividade acadêmica que ocorre concomitantemente ao desenvolvimento dos componentes curriculares. Fica sujeito à recuperação paralela o estudante que não alcançar o conceito final no componente curricular de APTO.
- **Recuperação Especial:** disponibilizada aos alunos que não lograram êxito em algum componente curricular de determinada etapa, que estão em DEPENDÊNCIA.
- **Recuperação Final:** no final do curso, caso o aluno ainda esteja em DEPENDÊNCIA em algum Componente Curricular, terá a oportunidade de realizar a Recuperação Final, realizada por meio de aplicação de nova avaliação.

7.1.2. Da dependência

O conceito de dependência é utilizado para o aluno que não obteve aprovação nas atividades avaliativas previstas para o componente/etapa, exclusivamente em termos de nota ou conceito, mas que ainda terá oportunidade de realizar novos processos de recuperação a serem disponibilizados pelo Itego.

A quantidade máxima de componentes curriculares a que um aluno pode ficar em dependência está limitada a 40% (quarenta) dos componentes previstos na matriz curricular do curso, desde que não sejam pré-requisitos previstos no Plano de Curso.

Ficará em DEPENDÊNCIA o aluno que não obtiver aprovação nas atividades avaliativas previstas para o componente/etapa, exclusivamente em termos de nota ou conceito, mas ainda terá oportunidade de realizar novos processos de recuperação a serem disponibilizados pelo Itego.

8. INSTALAÇÕES FÍSICAS, EQUIPAMENTOS E RECURSOS TECNOLÓGICOS, PARQUE TECNOLÓGICO, BIBLIOTECA, PLANTA BAIXA E QUADRO DE OCUPAÇÃO DE SALAS

ITEGO de Santa Helena		
Natureza	Ambiente	Quantidade
Espaços Educativos	Salas de Aula	5
	Lab. de Informática	4
	Lab. de Microbiologia	2
	Auditório	1
	Biblioteca	1
Espaços Administrativos	Secretaria	1
	Coordenação	1
	Diretoria	1
	Banheiros	6
	Sala de Professores	1
	Dormitórios	2
	Alojamento	1
	Depósito	1

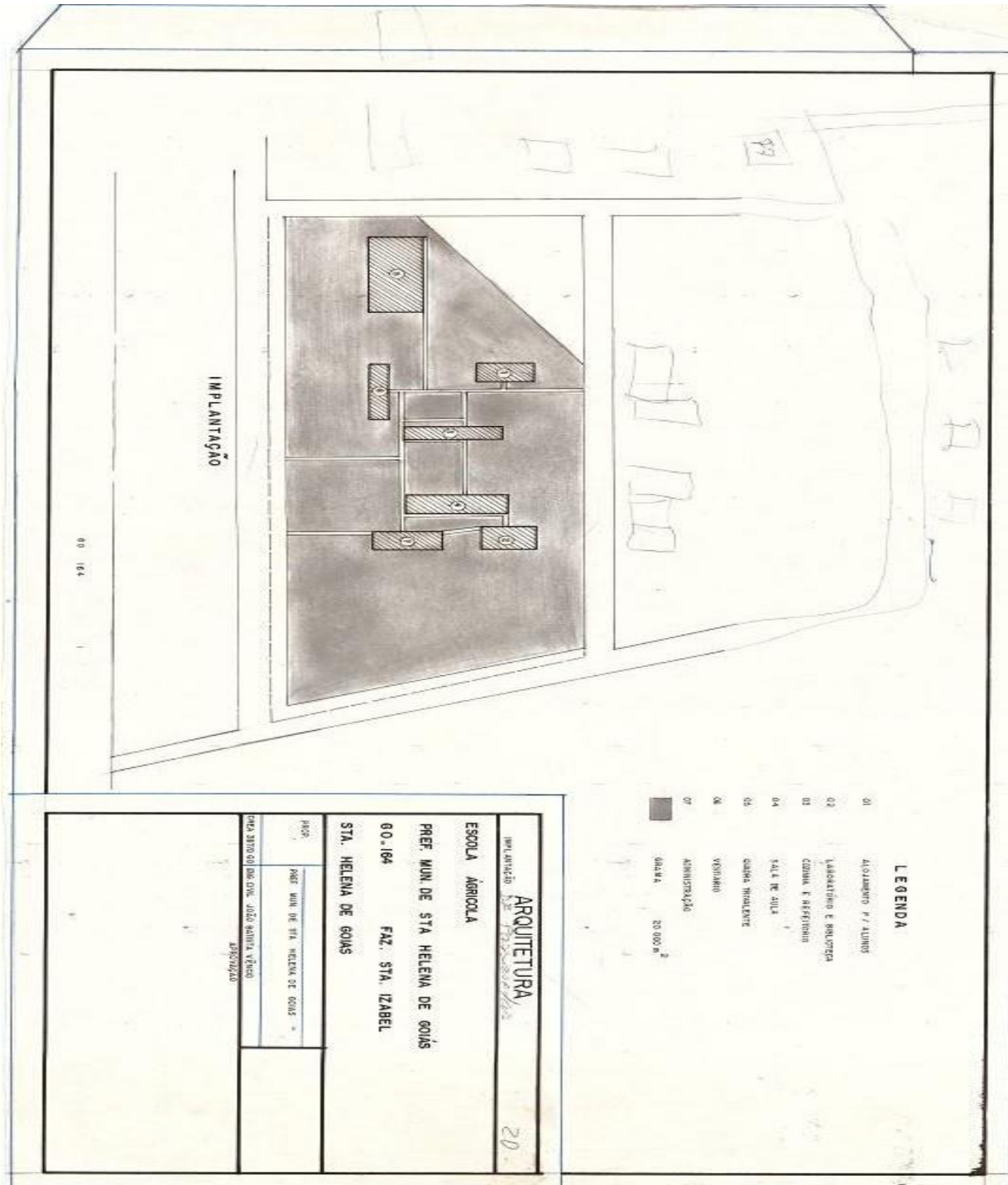
8.1
 INSTALAÇÕES
 FÍSICAS

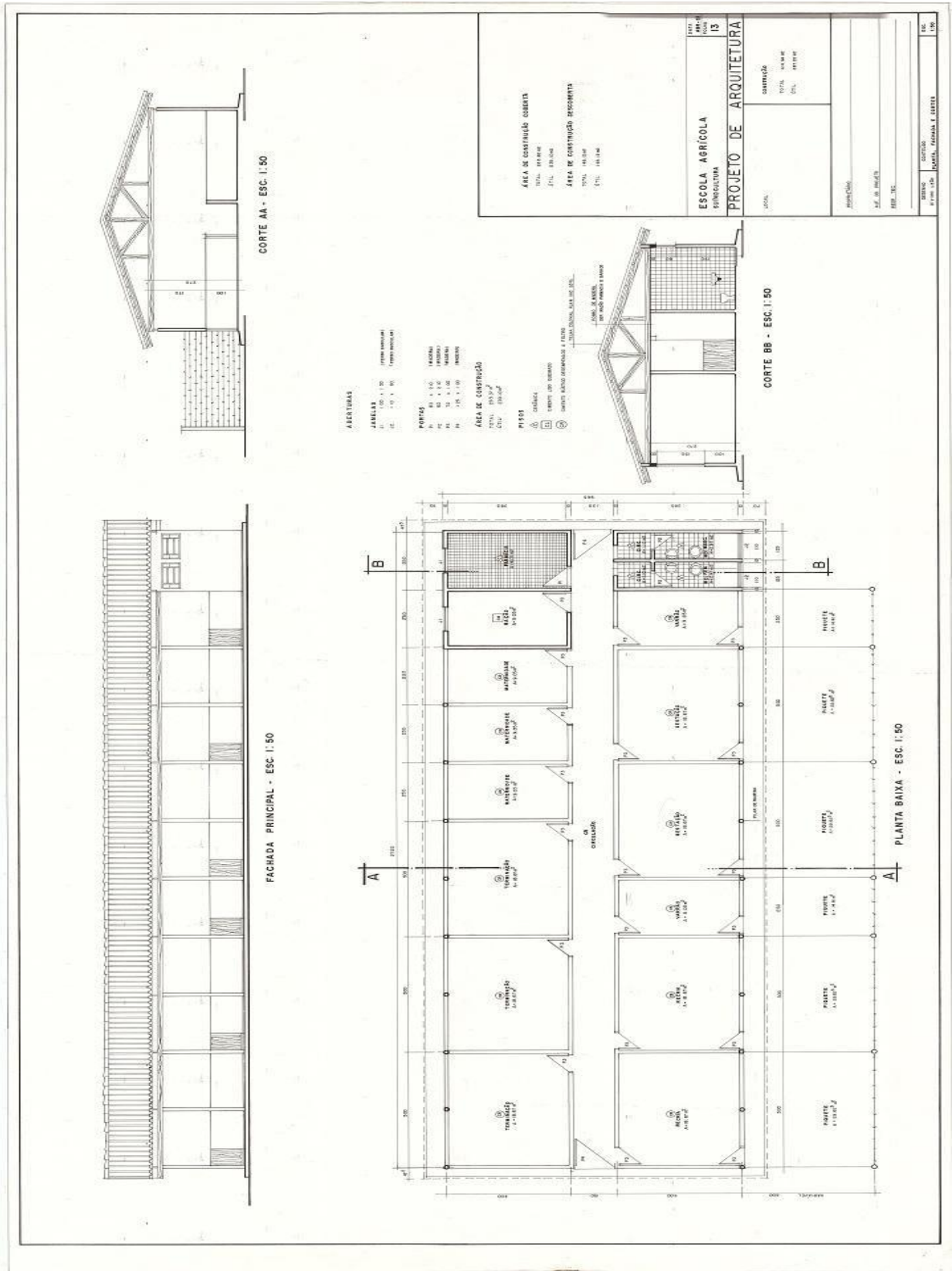
O

In
 st
 it
 ut
 o

Tecnológico do Estado de Goiás Luiz Humberto de Menezes, sediado em Santa Helena, possui uma área total de 45,50 hectares e uma área construída de 3.362 m², com a estrutura física composta, conforme detalhamento a seguir e documento anexo:

8.2 PLANTA BAIXA DO ITEGO





8.3 BIBLIOTECA

ACERVO DA BIBLIOTECA – AQUISIÇÃO			
I – LIVROS			
Ord.	Título	Exemplares	Atende ao Curso
1	PONCHIROLI, O. Ética e responsabilidade social empresarial. Curitiba: Juruá, 2007. ISBN 9788536217284.	01	Sim
2	SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN 9788522455348.	01	Sim
3	MOTA, Miriam Cristina Zaidan. Psicologia aplicada em segurança do trabalho. 6. ed. São Paulo: LTr, 2017. ISBN 9788536191959.	01	Sim
4	SILVA, Homero Batista Mateus da. Curso de Direito do Trabalho Aplicado: Saúde e Segurança do Trabalho. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. v. 3. ISBN 9788520368084.	01	Sim
5	CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. ISBN 9788597008135.	02	Sim
6	AMORIM JÚNIOR, Cléber Nilson. Segurança e Saúde no Trabalho: princípios norteadores. 2. ed. São Paulo: LTR, 2017. ISBN 9788536191874.	01	Sim
7	DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 9788597010336.	01	Sim
8	BREVIOLIERO, Ezio. Higiene Ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. 9. ed. São Paulo: Senac, 2017. ISBN 9788539612222.	01	Sim
9	HAFEN, Brent Q. Primeiros Socorros para estudantes. 10. ed. São Paulo: Manole, 2014. ISBN 9788520434789.	01	Sim
10	RODRIGUES, Marcos Vinicius C. Qualidade de Vida no Trabalho. 15. Petrópolis: Vozes, 2016. ISBN 8532611729.	01	Sim
11	VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. 10. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. ISBN 9788535288131.	01	Sim
12	MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística Geral e Aplicada. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 9788597012323.	01	Sim
13	HIRATA, Mario Hiroyuki; MANCINI FILHO, Jorge; HIRATA, Rosário Dominguez Crespo. Manual de Biossegurança. 3. ed. São Paulo: Manole, 2017. ISBN 9788520447819.	01	Sim
14	ABRAHÃO, Julia. Introdução à Ergonomia: da prática à teoria. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2009. ISBN 9788521204855.	01	Sim
15	JATOBA, Augusto César Maurício de Oliveira. Desenvolvimento Sustentável e Estudo de Impacto Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. ISBN 9788551900246.	01	Sim
16	GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Meio Ambiente do Trabalho: Direito, Segurança e Medicina do Trabalho. 4. ed. São Paulo: Método, 2014. ISBN 9788530954796.	01	Sim
17	NASCIMENTO, Roberto Alcarria do; NASCIMENTO, Luis Renato	01	Sim

	do. Desenho Técnico: conceitos teóricos, normas técnicas e aplicações práticas. 1. ed. Rio Pardo: Viena, 2014. ISBN 9788537103951.		
18	FRANCHI, Claiton Moro. Controle de Processos Industriais: princípios e aplicações. 1. ed. São Paulo: Érica, 2011. ISBN 9788536503691.	01	Sim
19	NUNES, Flávio de Oliveira. Segurança e Saúde no Trabalho: esquematizada. 3. ed. São Paulo: Método, 2016. ISBN 9788530969783.	03	Sim
20	FIALHO, Arivelto Bustamente. Instrumentação Industrial: conceitos, aplicações e análises. 1. ed. São Paulo: Érica, 2002. ISBN 8571949220.	01	Sim
21	CAMILLO JR, Abel Batista. Manual de Prevenção e Combate a Incêndios. 15. ed. São Paulo: Senac, 2013. ISBN 9788539603695.	02	Sim
22	TAVARES, José da Cunha. Noções de Prevenção e Controle de Perdas em Segurança do Trabalho. 9. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2017. ISBN 9788573599763.	02	Sim
23	CAMISSASSA, Mara Queiroga. Segurança e Saúde no Trabalho: NRs 1 a 36: comentadas e descomplicadas. 4. ed. São Paulo: Método, 2017. ISBN 9788530976347.	02	Sim
24	OGA, Seizi. Fundamentos de Toxicologia. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2014. ISBN 9788574541075.	01	Sim

DESCRIÇÃO		Geral
I - LIVROS		1.703
TOTAL		1.703

*Síntese: Total de títulos, exemplares, descrição de periódicos...

A biblioteca do ITEGO conta ainda com acervo digital <http://www.ead.go.gov.br>, utilizada para os cursos ofertados na modalidade EaD, nos links Repositório e Biblioteca.

9. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO

A. TÉCNICO PEDAGÓGICO				
Ord.	Nome do Servidor	Cargo/ Função/ Jornada de Trabalho	Resumo do Currículo: Titulação Máxima e Experiência Profissional	Componente(s) curricular(es) de possível atuação
1	Franciele Pereira Teixeira Carvalho	Supervisor de Unidade/40 horas	Graduação em Gestão em Segurança Pública pela Faculdade Lions (2012). Experiência na Assessoria Administrativa.	-
2	Luiz Candido de Carvalho	Supervisor de Eixo/20 horas	Graduação em ADMINISTRAÇÃO pela Universidade Estadual de Goiás (2012) Pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos e Meio Ambiente (2015) pela PROMINAS. Possui experiência na Docência e na Assessoria Administrativa.	-
3	André Paulo da Silva	Assessor Acadêmico/20 horas	Graduação em Sistemas de Informação pela Universidade Estadual de Goiás Pós-graduação MBA – Gestão de Tecnologia da Informação. UNOPAR Atualmente, possui experiência em Docência	-
4	Ana Claudia da Silva Pereira	Assistente Pedagógico/20 horas	Graduação em Ciências Biológicas em (2009) pela Universidade de Goiás. Possui experiência em Docência e na Assessoria Administrativa.	-
5	Willian Reis dos Santos	Supervisor de Eixo/20 horas	Graduação em Agronomia UNIFIMES (2013). Pós-graduação: Engenharia de Segurança do Trabalho – UIFIMES (2016). Experiência em gerencia de Segurança do Trabalho na empresa JSL.	Supervisor de Eixo – Curso Técnico em Segurança do Trabalho.
B. Quadro Pessoal Docente Existente – COTEC CACHOEIRA ALTA				
Ord.	Nome do Servidor	Cargo/ Função/ Jornada de Trabalho	Resumo do Currículo: Titulação Máxima e Experiência Profissional	Componente (s) curricular (es) de possível atuação
1	Nilton Oliveira de Freitas	Professor Regente/ 30h	Graduação: Administração de empresas, FASAM, conclusão em 2008 Pós-Graduação: não possui Experiências: regência em sala de aula, secretário da fazenda e finanças de Cachoeira Alta	Empreendedorismo
2	Franciane Paula da Cruz	Professor Regente/ 30h	Graduação: Engenharia Ambiental, FESURV conclusão em 2015 Pós-Graduação: Engenharia de Segurança do Trabalho, FESURV conclusão em 2017 Experiências: Regência em sala de aula / gestora do controle ambiental ATIVOS	Responsabilidade Social
3	Mayre Alves do Prado	Professor Regente/ 30h	Graduação: Licenciatura em Pedagogia, UNIMES, conclusão em 2016	Ética e Relações Interpessoal

			<p>Licenciatura em Artes Visuais, UEG, em curso Pós-Graduação: Psicopedagogia, UNITINS, conclusão em 2018 Experiências: Regência em sala de aula, Coordenação Pedagógica, Coordenação de convênios Educacionais, Coordenação polo UEG, IFgoiano em Cachoeira Alta.</p>	
4	Thamyres	Professor Regente/ 30h	<p>Graduação: Psicologia, FESURV, concluído em 2013 Pós-Graduação: não possui Experiências: Regência em sala de aula</p>	Psicologia do Trabalho
5	Diego Rosa Vieira	Professor Regente/ 60h	<p>Graduação: Ciências contábeis, UniRV, conclusão em 2015 Pós-Graduação: cursando Experiências: Regência em sala de aula</p>	Direito do Trabalho
6	Ronildo Afonso Maciel	Professor Regente/ 60h	<p>Graduação: Engenharia civil, FIMON, conclusão em 2016 Pós-Graduação: Engenharia em Segurança do Trabalho, conclusão em 2017 Experiências: Regência em sala de aula, Gerente de Segurança do Trabalho, ATIVOS.</p>	Prevenção e Segurança do Trabalho
7	Mariany Rodrigues de Freitas Santos	Professor Regente/ 30h	<p>Graduação: Enfermagem, IESRIVER, conclusão em 2012 Pós-Graduação: Enfermagem do Trabalho, UCDB, conclusão em 2017 Experiências: Regência em sala de aula, hospital Municipal de Cachoeira Alta, Pronto Socorro de Rio Verde</p>	Higiene Ocupacional
8	Wagner Eugênio Alves	Professor Regente/ 30h	<p>Graduação: Gestão Ambiental, IF goiano compus Rio Verde, conclusão em 2012 Pós-Graduação: Cursando Experiências: Regência em sala de aula, Gestor de Resíduos Sólidos da prefeitura de Cachoeira Alta, secretário do Meio Ambiente de Cachoeira Alta</p>	Gestão Ambiental
9	Jackeline Oliveira Costa	Professor Regente/ 30h	<p>Graduação: Engenharia Florestal, UFG conclusão em 2017 Pós-Graduação: Engenharia de Segurança do Trabalho, UniRV, conclusão 2018 Experiências: Regência em sala de aula</p>	Segurança, Meio Ambiente e Saúde no Trabalho
10	Wellington Carlos de Alarcão	Professor Regente/ 30h	<p>Graduação: enfermagem, IESRIVER, 2008 Pós-Graduação: Urgência e emergência, OBJETIVO, 2010 Mestrado: em Terapia intensiva, IBRATI, 2013 Experiências: Hospital municipal, Faculdade Unimes como Regência em sala de aula</p>	Primeiros Socorros
	Uitairany do Prado Lemes	Professor Regente/ 30h	<p>Graduação: Fisioterapia, FAFIC, 2016 Experiências: Regência em sala de aula,</p>	Qualidade de Vida e

11			hospital municipal de Goiatuba, área de traumas, clínica particular.	Trabalho
12	Nária Paula Barcelos Resende	Professor Regente/ 30h	Graduação: Licenciatura em computação, UNEMAT, conclusão 2016 Experiências: Regência em sala de aula, CRAS – criança feliz.	Informática Básica
13	Diego Rosa Vieira	Professor Regente/ 30h	Graduação: Ciências contábeis, UniRV, conclusão em 2015 Pós-Graduação: cursando Experiências: Regência em sala de aula	Estatística Básica
14	Wellington Carlos de Alarcão	Professor Regente/ 30h	Graduação: enfermagem, IESRIVER, 2008 Pós-Graduação: Urgência e emergência, OBJETIVO, 2010 Mestrado: em Terapia intensiva, IBRATI, 2013 Experiências: Hospital municipal, Faculdade Unimes como Regência em sala de aula.	Biossegurança
C. Déficit Pessoal Docente				

Em relação ao déficit de pessoal docente, à medida que os componentes curriculares forem executados haverá Processo Seletivo Simplificado (PSS) realizado pela SED e pelo programa PRONATEC para contratação.

Aos cursos ofertados via Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego-PRONATEC, objeto de Termo de Adesão firmado entre esta Secretaria e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (SETEC/MEC), já está assegurado o corpo docente cuja seleção é realizada conforme cronograma de execução do curso, com os editais publicados no sítio da Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Goiás - <http://www.sed.go.gov.br/ciencia-tecnologia-e-inovacao/pronatec.html?id=2245:pronatec-bolsa-formacao-editais-2018&catid=66>

Aos cursos de oferta da REDE ITEGO será assegurado corpo docente, por força de Contrato de Gestão firmado entre esta Secretaria de Estado e parceiro privado, Organização Social. A seleção de profissionais será realizada conforme cronograma de execução do curso,

com os editais publicados no sítio da Organização Social contratada para a Regional onde está inserido o ITEGO que ministrará o curso.

10. PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A informação e o conhecimento são requisitos indispensáveis para a vida profissional. Todos, sem exceção, precisam reavaliar seus conceitos, suas crenças e sua prática (incluindo sucessos e fracassos) para ir em busca de renovação e atuar com mais segurança em seu cotidiano profissional.

Assim, consciente de sua responsabilidade frente ao mundo globalizado, o Itego, estabelece uma sistemática de aperfeiçoamento profissional técnico do pessoal docente, técnico e administrativo da equipe visando contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do profissional de cada colaborador, objetivando facilitar a reflexão sobre a própria prática elevando-a uma consciência coletiva.

O programa de formação continuada acontece bimensalmente, através de encontros, cada um com duração de 4 horas, com todos os colaboradores da instituição, na utilização das semanas de planejamento no início de cada semestre letivo, além de cursos específicos programados pela mantenedora.

É previsto no Calendário Anual, sendo entregue logo no início do ano. A programação do encontro é realizada em reuniões com o grupo gestor para planejamento e organização. A abordagem metodológica é baseada em momentos de reflexão; dinâmicas de grupo; palestras com temas motivacionais, comunicação, planejamento, instrumentos e processos utilizados na instituição constituindo oportunidade para que os profissionais possam estar envolvidos constantemente em processos de desenvolvimento e de atualização profissional em consonância com os objetivos da instituição.

11. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

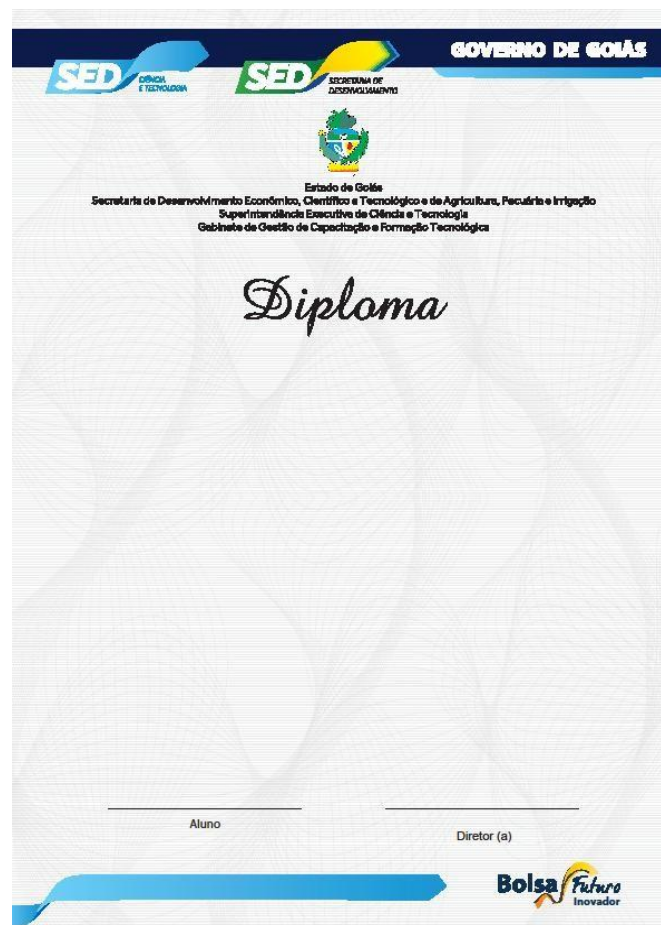
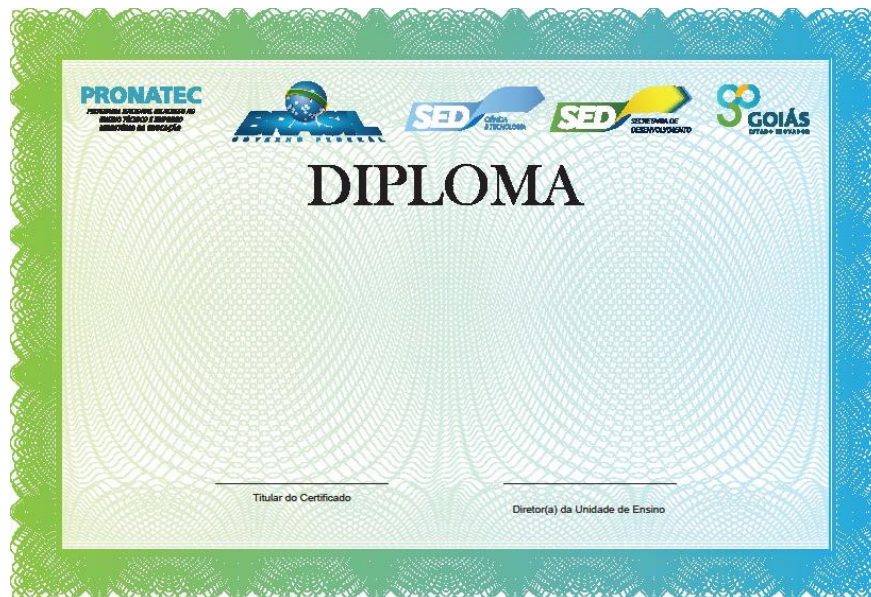
Aos concluintes dos cursos serão emitidos:

- a) Certificados de Qualificação Profissional com o título da ocupação certificada.
- b) Diploma de Técnico com o título da respectiva habilitação profissional, mencionando a área a qual o mesmo se vincula.

Os certificados e diplomas deverão ser acompanhados de históricos escolares explicitando as competências definidas no perfil profissional de conclusão do curso. Somente serão emitidos os certificados para as etapas com terminalidade e diplomas para a habilitação técnica, condicionados à aprovação e frequências mínimas exigidas.

A Secretaria Acadêmica reserva-se no direito de emitir os certificados e diplomas em até 120 (cento e vinte) dias após a conclusão da Etapa/Curso; caso necessária comprovação, nesse ínterim, será emitida uma declaração.

11.1. Modelo de Diploma



11.2 Máscara do Diploma

O Instituto Tecnológico do Estado de Goiás ,
Unidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura,
Pecuária e Irrigação, nos termos das Leis nº 9.394/96 e nº 12.513/11, Decreto Federal nº 5.154/04,
Resolução CNE/CEB nº 6/12, CEE/CEP nº 04/2015 e autorização de funcionamento do curso CEE/CEP
nº , confere o presente **Diploma** de
Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio em
do Eixo Tecnológico a
, CPF nº ,
curso concluído em , com duração de horas,
obtendo % de frequência, para que possa usufruir de todas as prerrogativas inerentes a este
título.

-Goiás, de de .

11.2. Modelo de Certificado



11.2.1 Máscara de Certificado

O Instituto Tecnológico do Estado de Goiás ,
Unidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura,
Pecuária e Irrigação,
nos termos das Leis nº 9.394/96 e nº 12.513/11, Decreto Federal nº 5.154/04, Resolução CNE/CEB nº
6/12, CEE/CEP nº 04/2015
no âmbito do **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**
confere o presente **Certificado de Qualificação Profissional** em
a
, CPF nº ,
curso concluído em , com duração de horas, obtendo % de frequência.
-Goiás,
de de .

Diretor - alinhar nome

